Jornal **O DIA** SP

www.jornalodiasp.com.br | São Paulo, quarta-feira, 26 de junho de 2019 | Nº 24.448 | Preço banca: R$ 3,00

BC projeta PIB próximo da estabilidade no segundo trimestre

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) projeta que o Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, deve ficar próximo da estabilidade no segundo trimestre deste ano. A informação consta da ata da última reunião do comitê, que decidiu, na semana passada, manter a Selic, pela décima vez seguida, em 6,5% ao ano.

Segundo a ata do Copom, a diretoria do BC concluiu que "houve interrupção do processo de recuperação da economia brasileira nos últimos trimestres". No primeiro trimestre deste ano, o PIB caiu 0,2%.

"Essa interrupção fica nítida quando se adota perspectiva um pouco mais longa, que sugere ter havido uma mudança na dinâmica da economia após o segundo trimestre de 2018. Sob essa perspectiva, a recuperação da atividade econômica, que ocorria em ritmo gradual até então, perdeu ímpeto. Após leve recuo no primeiro trimestre de 2019, em decorrência dessa perda de dinamismo e de alguns choques pontuais, o PIB deve apresentar desempenho próximo da estabilidade no segundo trimestre", diz o Copom, na ata. Página 3

Bolsonaro revoga decreto de armas e publica novas regras

Página 4

Vendas do Tesouro Direto atingem R$ 5,8 bilhões em maio

Página 3

Uruguai tem paralisação geral em apoio a trabalhadores do gás

O Uruguai viveu na terça-feira (25) uma paralisação geral de trabalhadores. Durante 24 horas, funcionários do setor público e privado param suas atividades em apoio aos empregados da empresa MontevideoGas, subsidiária da Petrobras no país, em conflito há meses.

Diversos serviços foram afetados pela paralisação. A União Nacional de Trabalhadores do Transporte (Unott) decidiu parar, afetando linhas de ônibus urbanos e interestaduais. A paralisação começou no fim da tarde de segunda-feira (24). Página 3

General brasileiro diz que combate ao ebola é "prioridade máxima"

O general brasileiro Elias Rodrigues Martins Filho, que comanda a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (Monusco), diz que as ações para maximizar o combate ao vírus ebola no país são uma prioridade.

"Uma crise dessas [do vírus] pode causar muito mais mortes do que os próprios combates na região. Página 3

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância

Foto: Antonio Cruz/Agência Brasil

Executivo, *Legislativo e Judiciário*

Com a missão de reduzir a vulnerabilidade social e garantir direitos das crianças, foi firmado na terça-feira (25), em Brasília, pelos Três Poderes, o Pacto Nacional pela Primeira Infância. A intenção é unir esforços para dar efetividade a direitos que, embora previstos em lei, não são assegurados aos brasileiros com menos de 6 anos de idade, faixa etária considerada fundamental para o desenvolvimento de uma criança. A iniciativa é organizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ, Dias Toffoli, ressaltou que ainda há milhões de crianças em condições de vulnerabilidade socioeconômica e institucional, o que compromete a garantia dos direitos "à vida, à saúde, à alimentação, à cultura, ao lazer, ao respeito, à liberdade e proteção contra formas de negligência". Segundo ele, investir na infância é fundamental para evitar impactos negativos no futuro de jovens e adultos. Página 4

Governo de São Paulo se reúne com promotores da Fórmula 1

Página 2

Por 3 votos a 2, Segunda Turma do STF nega liberdade a Lula

Por 3 votos a 2, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu NA terça-feira (25) negar pedido de liberdade ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O colegiado julgou um *habeas corpus* no qual a defesa de Lula pediu que fosse declarada a suspeição do então juiz Sergio Moro no julgamento do caso do tríplex no Guarujá (SP) com base nas supostas mensagens divulgadas pelo *site* The Intercept. Página 4

Venezuelanos e haitianos lideram matrículas novas na Rede Municipal de Ensino

Página 2

Previsão do Tempo

Quarta: Sol com aumento de nuvens ao longo do dia. À noite ocorrem pancadas de chuva.

28º C
16º C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 3,84
Venda: 3,84

Turismo
Compra: 3,69
Venda: 4,00

EURO
Compra: 4,37
Venda: 4,37

OURO
Compra: 161,50
Venda: 196,00

Esporte

Brasil chega ao torneio na Alemanha com oito duplas e atuais líderes do ranking

O Campeonato Mundial de vôlei de praia 2019 começa nesta semana, a partir de sexta-feira (28), em Hamburgo (Alemanha). E o Brasil chega embalado para o principal torneio da temporada, que é realizado apenas a cada dois anos. Serão oito duplas do país em ação – quatro em cada gênero –, dez atletas que já medalharam anteriormente e com a dupla número 1 do ranking internacional na atualidade: Ágatha/Duda.

O país será representado no naipe masculino por Ana Patrícia/Rebecca (MG/CE), Ágatha/Duda (PR/SE), Fernanda Berti/Bárbara Seixas (RJ) e Maria Elisa/Carol Solberg (RJ). No torneio masculino, defendem o Brasil Alison/Álvaro Filho (ES/PB), André Stein/George (ES/PB), Evandro/Bruno Schmidt (RJ/DF) e Pedro Solberg/Vitor Felipe (RJ/PB). Cada país pode ter no máximo quatro duplas, com exceção de vagas obtidas por wild card (convite).

A disputa em Hamburgo começa com o Brasil como líder do ranking feminino. Ágatha e Duda, que na atual temporada somam um ouro e um bronze, aparecem na primeira posição, com 5.400 pontos. O ranking leva em consideração os oito melhores resultados dos times em torneios do Circuito Mundial nos últimos 365 dias. Ágatha, porém, lembrou que a dupla tem os 'pés no chão' e destacou o nível de competitividade do cenário internacional.

"Nosso time nunca teve e nunca terá qualquer tipo de soberba, de acreditar que está em um nível superior aos demais. Somos muito ligadas em tudo que pode acontecer. Sempre se prevenindo, estudando, de olho nas mudanças táticas das adversárias, observando bastante. No Circuito Mundial você pode perder para qualquer time se não estiver totalmente concentrado no que está desempenhando, por isso vamos com foco total", declarou.

O país tem ainda outras duas duplas no Top 10 feminino. Ana Patrícia/Rebecca somam 5.320 pontos e aparecem em terceiro, enquanto Maria Elisa e Carol Solberg estão em nono lugar, com 4.720 pontos. Fernanda Berti e Bárbara Seixas aparecem em 13°, com 3.960.

Na lista de atletas inscritos do Brasil para este Campeonato Mundial, dez já foram medalhistas em edições passadas do evento, seis deles já tendo conquistado o título: Ágatha (ouro), Alison (dois ouros e uma prata), Álvaro Filho (prata), André Stein (ouro), Bárbara Seixas (ouro e bronze), Bruno Schmidt (ouro), Evandro (ouro e bronze), Fernanda Berti (prata), Maria Elisa (dois bronzes) e Pedro Solberg (bronze).

Foto: Divulgação

Duda *(esq) e Ágatha comemoram ponto; Dupla lidera o ranking mundial*

No naipe masculino, a maioria das duplas brasileiras passou por trocas na atual temporada. Com isso, tendo somado poucos torneios juntos nos últimos 365 dias, estão fora do Top 10. Evandro e Bruno Schmidt aparecem na melhor posição, em 23°, com 3.040 pontos. Eles, porém, chegam embalados pelo título na etapa da Polônia, há duas semanas, quando encerraram invencibilidade de 23 jogos dos noruegueses Mol e Sorum.

A fase de grupos conta com 48 times em cada naipe, divididos em 12 grupos com quatro duplas. Eles jogam entre si e os primeiros e segundos avançam aos playoffs, assim como os quatro melhores terceiros colocados. Os outros oito terceiros colocados disputam uma rodada eliminatória chamada Lucky Looser, com os vencedores também avançando ao mata-mata, totalizando 32 times. A competição segue em formato eliminatório com round 1, oitavas de final, quartas de final, semifinais e disputas de bronze e ouro.

O torneio terá transmissão com jogos ao vivo e em VT nos canais SporTV, e será realizado pela primeira vez na história em Hamburgo. A Alemanha já havia sediado a competição em 2005, mas com o torneio baseado na capital Berlim.

Somando os naipes masculino e feminino, o Brasil soma 12 medalhas de ouro, nove de prata e dez de bronze nas 11 edições realizadas. Brasil contra Estados Unidos foi a final mais repetida na história, tendo acontecido em sete oportunidades. O Campeonato Mundial é o principal torneio da temporada, com uma premiação total de 1 milhão de dólares (500 mil para cada naipe) e a maior pontuação ao ranking da temporada.

Governo de São Paulo se reúne com promotores da Fórmula 1

O Governador João Doria se reuniu na terça-feira (25), no Palácio dos Bandeirantes, com o CEO Mundial da Fórmula 1, Chase Carey. Estiveram presentes também no encontro o promotor do Grande Prêmio do Brasil de Fórmula 1, Tamas Rohonyi; o Prefeito de São Paulo, Bruno Covas; o Vice-Governador e Secretário de Governo, Rodrigo Garcia; o Secretário da Fazenda e Planejamento, Henrique Meirelles; o Secretário Estadual de Turismo, Vinícius Lummertz; o Secretário de Turismo do Município de São Paulo, Orlando Faria; e o Secretário de Governo do Município de São Paulo, Mauro Ricardo.

"Com o enorme prazer recebemos a visita do novo CEO Mundial da Fórmula 1, um esporte que o Brasil adotou desde a década de 70. Atividade que produziu grandes campeões mundiais, como Emerson Fittipaldi, José Carlos Pace, Nelson Piquet, Ayrton Senna, sem contar jovens pilotos que participaram do Grand Prix de Fórmula 1, em Interlagos e nos outros 20 Grand Prix pelo mundo afora. O Brasil tem uma enorme pressão na Fórmula 1 e Interlagos tem uma tradição e, ao longo desses quase 40 anos, apenas três não foram realizados no Autódromo Internacional de Interlagos", afirmou o Governador.

Doria disse ainda que respeita o desejo legítimo do Rio de Janeiro de querer levar o GP Brasil para a cidade, mas lembrou que São Paulo está mais estruturada para atender às necessidades dos turistas que desembarcam na capital.

"Eu acho que a presença do Governador de São Paulo, junto com o Prefeito e seus principais executivos, demonstra o interesse a apoio de João Doria. Nós fizemos, nos últimos anos, um belíssimo Grande Prêmio. Pretendemos continuar fazendo grandes eventos", falou Tamas Rohonyi.

Tradição

Segundo Chase Carey, para a Fórmula 1, o mercado brasileiro tem uma enorme importância. O CEO reconhece que as provas realizadas em Interlagos sempre foram as mais interessantes do campeonato e espera que neste ano, em novembro, possa continuar esta tradição.

O Grande Prêmio do Brasil de Fórmula 1 acontece todos os anos, desde 1972, no Autódromo José Carlos Pace, mais conhecido como Autódromo de Interlagos, com exceção de 1978 e 1981 a 1989, quando as corridas foram disputadas no Autódromo de Jacarepaguá (Autódromo Internacional Nelson Piquet). Desde 1973, o prêmio faz parte do campeonato de Fórmula 1 e, desde 1990, é realizado em São Paulo de forma ininterrupta.

Apenas no GP disputado em 2018, o circuito de Interlagos recebeu 150.307 mil espectadores, um aumento de 6,4% em relação ao ano anterior, que foi de 141.218 pessoas.

Quase 80% vêm de fora da cidade de São Paulo. Dos estrangeiros, grande parte vem de países do Cone Sul: Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, além de europeus e americanos. Segundo a Associação da Indústria de Hotéis de São Paulo, o setor hoteleiro tem lotação entre 85% e 100%.

"No ano passado, tivemos um Grande Prêmio que gerou um impacto econômico para a cidade de São Paulo de R$ 334 milhões, que ocorreu sem nenhum incidente, com elogios dos pilotos, das equipes, da organização, do público que esteve presente", disse Covas.

Considerado o maior evento internacional e econômico para o turismo da capital paulista, a F1 movimentou R$ 334 milhões em 2018, 20% a mais que em 2017. Isso gerou 10 mil empregos diretos e indiretos para São Paulo.

Por seu traçado desafiador, o circuito de Interlagos é considerado um dos cinco melhores do mundo e, por isso, é um dos mais elogiados pelos pilotos. O pentacampeão Lewis Hamilton, da Mercedes, já disse que Interlagos é seu "calcanhar de Aquiles". "O desenho especial com algumas elevações de altura e o no sentido anti-horário do traçado adicionam mais diversão e desafio à corrida", declarou o holandês Max Verstappen, da Red Bull.

Além disso, Interlagos revelou grandes nomes do automobilismo brasileiro: Ayrton Senna, Felipe Massa, José Carlos Pace, Nelson Piquet e Rubens Barrichello, e José Carlos Pace.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

MÍDIAS

A coluna [diária] de política do jornalista e cronista **Cesar Neto** vem sendo publicada [na imprensa] desde 1993, pelo jornal "O DIA" [3º mais antigo diário em São Paulo - SP]. Via Internet, desde 1996, o site www.cesarneto.com foi um dos pioneiros no Brasil. Via Twitter, desde 2017-2018, **@CesarNetoReal**

.

CÂMARA [SÃO PAULO] - Dupla católico e protestante [vereador Ricardo Nunes - MDB e Isac Felix - PR] oram juntos pelo retorno de 1 bilhão de Reais aos cofres do Tesouro Municipal. Nunes preside e Felix é relator na CPI de grandes devedores do ISS, por conta de terem 'sedes' fora da maior cidade brasileira.

.

PREFEITURA [SÃO PAULO] - Especulações de que a deputada federal Joice (PSL de Bolsonaro) pode ser a candidata do PSL [do colega e filho de Bolsonaro Eduardo - presidente do diretório estadual] não abalou nem um pouco o candidato à reeleição Bruno Covas (PSDB do reformador nacional Doria). Faz parte.

.

ASSEMBLEIA [SÃO PAULO] - A eleição municipal 2020 já faz parte da agenda do mandato 2019 - 2022 entre deputados que se elegeram justamente pra serem pré-candidatos às prefeituras de suas cidades. Os primeiros suplentes das coligações partidárias já trabalham pela eleição deles e assumirem em 2021

.

GOVERNO [SÃO PAULO] - Virou questão de honra, pela corrida Presidencial 2022, João Doria [reformador nacional do PSDB] manter em São Paulo o GP de Fórmula 1 na cidade de São Paulo. Ele bateu de frente com o Presidente Bolsonaro e o governador fluminense Witzel (PSC), que querem a volta pro Rio

.

CONGRESSO [BRASIL] - Enquanto Moro não volta [dos USA], o jornalista Glenn [dono do site "Intercept" no Brasil] segue fazendo seu jogo [tentativa de destruição do ministro [Justiça e Segurança Pública] do governo Bolsonaro. Ontem, com ajuda de deputados federais de oposição, ele nada acrescentou

.

PRESIDÊNCIA [BRASIL]- Um dos recados deixados por Bolsonaro (neo PSL), antes de partir pra reunião do G20 [Econômico] no Japão, foi de que não aceitará que Senado e Câmara dos Deputados tomem também atribuições presidencialistas [tipo indicação pra Agências Reguladoras]. Reflexos dos 6 meses de governo

.

PARTIDOS [BRASIL] - Classificando como também fascistas as lideranças das Assembleias de Deus, Universal, Mundial, Internacional da Graça, Batistas [por conta da esposa de Bolsonaro] etc, o PT começa a jogar na aquisição de protestantes [evangélicos] enquanto um novo contingente de colaboradores ...

.

PARTIDOS [BRASIL / 2] - ... que a igreja católica já não propicia, como fazia desde a fundação no início dos anos 1980. O probleminha é que os que verdadeiramente em DEUS e em JESUS Confiam não vão comprometer seus patrimônios espirituais pra assumir políticas mundanas de partidos. A propósito, o PRB não é mais da Universal .

EDITOR

A coluna [diária] de política do jornalista **Cesar Neto** foi se tornando referência das **liberdades possíveis**. Esteve dirigente em Comitês e Associações de Imprensa [API e "Cronistas de Política - São Paulo"]. Recebeu a **Medalha Anchieta** [Câmara Municipal - São Paulo] e o **Colar de Honra ao Mérito** [Assembleia Legislativa - São Paulo]

cesar@cesarneto.com

Ônibus: Comissão vai desenvolver projeto para requalificação de cobradores

A Prefeitura de São Paulo publicou na terça-feira, dia 25 no Diário Oficial da Cidade a constituição de uma comissão para desenvolver um projeto de requalificação dos cobradores de ônibus e garantir que não haja demissões desses trabalhadores.

O grupo será composto por representantes da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes (SMT), São Paulo Transportes S.A. (SPTrans), Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores em Transporte Rodoviário Urbano de São Paulo (SindMotoristas) e Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de São Paulo (SPUrbanuss).

Com o avanço da tecnologia e cobrança automática das tarifas no transporte coletivo, apenas 5% dos passageiros fazem o pagamento da tarifa em dinheiro. O cronograma de renovação da frota prevê a aquisição, por parte das empresas, de mais ônibus sem o posto de cobrador. Atualmente, mais de 40% dos veículos do sistema já circulam com essa configuração.

A partir dessa comissão, serão criados mecanismos e será fortalecida a transição dos cobradores para outras atividades como fiscalização, manutenção e administração.

O secretário municipal de Mobilidade e Transportes, Edson Caram, ressalta que novos ônibus com essa configuração só entrarão no sistema depois de os cobradores passarem por um programa de requalificação e já estiverem realocados. "A Prefeitura quer não apenas manter esses profissionais trabalhando no sistema, mas sim fazer com que eles sejam treinados e promovidos para novas funções", afirma.

A portaria SMT.GAB 087/19 prevê a apresentação de um projeto por parte da comissão em 90 dias.

Prefeito sanciona projeto de lei que proíbe o fornecimento de canudos plásticos em estabelecimentos comerciais

A cidade de São Paulo dará um grande passo para a eliminação de canudos plásticos no município. O prefeito Bruno Covas sancionou na terça-feira (25) a lei que trata da proibição do fornecimento de canudos feitos de material plástico aos clientes de hotéis, restaurantes, bares, padarias e outros estabelecimentos comerciais.

A medida será publicada no Diário Oficial da Cidade de quarta-feira (26) e também será aplicada em clubes noturnos, salões de dança e eventos musicais de qualquer espécie.

No lugar do material plástico, os estabelecimentos deverão fornecer canudos em papel reciclável, material comestível, ou biodegradável, embalados individualmente em envelopes hermeticamente fechados feitos do mesmo material.

"O compromisso ambiental é o compromisso ético da nossa geração com as gerações futuras. Pode parecer um pequeno passo, quando falos de canudos plástico, com tantos problemas que temos a enfrentar. Mas é um passo importante a ser dado ao lado de tantos outros que a cidade pretende dar", disse o prefeito Bruno Covas.

A regulamentação da nova lei deverá acontecer no prazo máximo de 180 dias, conforme a legislação prevê.

Compromisso global

A Prefeitura de São Paulo, por meio da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (Amlurb), aderiu ao Compromisso Global da Nova Economia de Plástico em março de 2019.

A autarquia irá atuar no incentivo e conscientização, realizando ações, promovendo grupos de discussão e projetos com todo setor municipal e a população para reduzir a utilização do plástico na cidade.

"São essas e outras iniciativas que mostram que a geração atual está disposta a abrir mão do conforto e do jeito de viver para garantir a continuidade da vida no planeta", finaliza Covas.

Venezuelanos e haitianos lideram matrículas novas na Rede Municipal de Ensino

A Secretaria Municipal de Educação possui ao todo 5.542 alunos estrangeiros matriculados nas escolas da capital, 4% a mais que o ano anterior. O topo do ranking segue o mesmo de 2018, liderado pelos bolivianos, com 2.756 estudantes. Mas 2019 rendeu um grande salto para o Haiti e a Venezuela. O maior aumento foi no número dos haitianos, que cresceu 60%, seguido dos venezuelanos que quintuplicou no período (veja ranking abaixo). A rede conta com alunos de todos os continentes.

O Núcleo de Educação Étnico-Racial da Pasta conta com a Educação para Imigrantes e Educação Escolar para Populações em Situação de Itinerância, que desenvolve ações e projetos de prevenção e combate ao preconceito, discriminação, racismo e xenofobia e de fortalecimento de múltiplas identidades étnico-raciais e culturais. Além de planejar e promover formação continuada dos profissionais da Rede Municipal de Ensino.

As unidades com forte presença de imigrantes promovem a cultura dos alunos estrangeiros. É o caso da Emef Anália Franco, que celebrará o "Ano Novo Boliviano", em agosto. Na Emef Duque de Caxias a "Feira das Nações" é o evento que vai espalhar conhecimento para os alunos de uma escola que tem uma particularidade, na unidade há estudantes da Síria, Bolívia, Haiti, Marrocos, República Dominicana, Colômbia e Síria, entre outros países.

Em maio, casos de roubo caem 14,6% na Grande São Paulo

A Região Metropolitana de São Paulo fechou o mês de maio com redução de 14,6% nos casos de roubos em geral. Foram 4.997 registros, ante 5.849 no mesmo mês de 2018, segundo dados divulgados, nesta terça-feira (25), pela Secretaria da Segurança Pública. As estatísticas estão disponíveis neste link.

Os roubos de veículos diminuíram 24,8% e atingiram o menor total da série – 1.231 casos. Os roubos de carga caíram 6,3%, passando de 159 para 149 em maio. Os roubos a banco ficaram estáveis com nenhuma ocorrência registrada. É a quarta vez na série histórica que o indicador fica zerado.

Homicídios

Em maio também houve redução nos casos e vítimas de homicídios dolosos e latrocínios, bem como em todas as modalidades de roubos e nas ocorrências de extorsões mediante sequestro.

Os homicídios dolosos caíram 4,2%, passando de 48 para 46. As vítimas desta modalidade de crime reduziram ainda mais. Com uma queda de 5,9%, foram contabilizados 48 casos em maio deste ano, contra 51 no mesmo período do ano passado – são os menores índices da série histórica, iniciada em 2001.

Com as reduções, as taxas de homicídios dolosos dos últimos 12 meses (de junho de 2018 a maio de 2019) ficaram em 7,09 casos e 7,56 vítimas a cada 100 mil habitantes. Os números são os menores da série histórica.

Os latrocínios também caíram no quinto mês deste ano. Os casos e vítimas deste crime reduziram 75%, passando de oito para dois casos, se comparado a maio de 2018. São os números mais baixos da série.

As extorsões mediante sequestro caíram de um para zero na comparação mensal. É a terceira vez na série que o indicador não contabiliza nenhum caso.

Os indicadores que apresentaram aumento em maio foram os estupros e furtos em geral e de veículo. No primeiro, a elevação foi de 4,7%, com 223 casos registrados. Os furtos em geral subiram 14,6% e os de veículos 1,4% no mês.

O trabalho realizado pelas três polícias (Militar, Civil e Científica) na Região Metropolitana de São Paulo em maio resultou em 2.908 prisões, 139 armas de fogos apreendidas e 642 flagrantes de tráfico de drogas registrados.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,00

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: jornalodiasp@terra.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

BC projeta PIB próximo da estabilidade no segundo trimestre

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) projeta que o Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, deve ficar próximo da estabilidade no segundo trimestre deste ano. A informação consta da ata da última reunião do comitê, que decidiu, na semana passada, manter a Selic, pela décima vez seguida, em 6,5% ao ano.

Segundo a ata do Copom, a diretoria do BC concluiu que "houve interrupção do processo de recuperação da economia brasileira nos últimos trimestres". No primeiro trimestre deste ano, o PIB caiu 0,2%.

"Essa interrupção fica nítida quando se adota perspectiva um pouco mais longa, que sugere ter havido uma mudança na dinâmica da economia após o segundo trimestre de 2018. Sob essa perspectiva, a recuperação da atividade econômica, que ocorria em ritmo gradual até então, perdeu ímpeto. Após leve recuo no primeiro trimestre de 2019, em decorrência dessa perda de dinamismo e de alguns choques pontuais, o PIB deve apresentar desempenho próximo da estabilidade no segundo trimestre", diz o Copom, na ata.

Segundo o relatório, os próximos passos na definição da taxa básica de juros, a Selic, dependem da evolução da atividade econômica, das perspectivas e dos riscos relacionados à inflação.

O Copom avalia que, por um lado, o "nível de ociosidade elevado" da economia pode continuar produzindo trajetória prospectiva de inflação abaixo do esperado. Por outro lado, uma eventual frustração das expectativas sobre a continuidade das reformas e ajustes necessários na economia brasileira pode elevar a trajetória da inflação.

"O comitê avalia que o balanço de riscos para a inflação evoluiu de maneira favorável, mas entende que, neste momento, o risco [de eventual frustração das expectativas sobre a continuidade das reforma] é preponderante", diz a ata.

De acordo com as projeções divulgadas no relatório, a inflação deve ficar dentro da meta tanto no cenário com manutenção da Selic quanto em situação de redução. "No cenário com taxa Selic constante em 6,50% ao ano e taxa de câmbio constante a R$ 3,85, as projeções condicionais para a inflação situam-se em torno de 3,6% para 2019 e 3,7% para 2020".

"No cenário com trajetórias para a taxa de juros e de câmbio extraídas da pesquisa Focus [mercado financeiro], as projeções do Copom situam-se em torno de 3,6% para 2019 e 3,9% para 2020. Esse cenário supõe, entre outras hipóteses, trajetória de taxa Selic que encerra 2019 em 5,75% ao ano e se eleva a 6,50% ao ano em 2020. Também supõe trajetória de taxa de câmbio que termina 2019 e 2020 em R$ 3,80", afirma o Copom.

A Selic é o principal instrumento do Banco Central para manter sob controle a inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em maio, o indicador fechou em 4,66% no acumulado de 12 meses.

Para 2019, o Conselho Monetário Nacional (CMN) estabeleceu a meta de inflação em 4,25%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual. O IPCA, portanto, não poderá superar 5,75% nem ficar abaixo de 2,75%. A meta para 2020 foi fixada em 4%, também com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual.

A taxa básica de juros é usada nas negociações de títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas de juros da economia. Ao reajustá-la para cima, o Banco Central segura o excesso de demanda que pressiona os preços, porque juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Ao reduzir os juros básicos, o Copom barateia o crédito e incentiva a produção e o consumo, mas enfraquece o controle da inflação. Para cortar a Selic, a autoridade monetária precisa estar segura de que os preços estão sob controle e não correm risco de subir. (Agencia Brasil)

Presidente do BC: é preciso trabalhar para reduzir os juros do crédito

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, afirmou na terça-feira (25) que ainda é preciso continuar trabalhando para reduzir as taxas de juros do crédito. Campos Neto participou nesta manhã de palestra em evento promovido pela Organização das Cooperativas Brasileiras Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Ele apresentou a Agenda #BC, lançada no fim de maio, e as propostas para o cooperativismo brasileiro que fazem parte da proposta.

Campos Neto citou que o *spread*, diferença entre taxa de captação de recursos pelos bancos e a cobrada dos clientes, não caiu na mesma proporção da taxa básica de juros, a Selic, que está atualmente em seu mínimo histórico, em 6,5% ao ano.

"A Selic caiu bastante, mas os *spreads* do crédito não caíram proporcionalmente. Então existe uma frustração, uma angústia da sociedade de ter um juros muito baixo, mas de ter um *spread* muito alto. Então acho que a agenda [de trabalho do BC, a Agenda #BC] atingiu vários objetivos, mas ainda precisamos continuar trabalhando nesse sentido", disse.

Sobre a economia mundial, Campos Neto disse que há um processo de revisão para baixo de crescimento. Ele citou que a previsão para crescimento da economia mundial saiu de 3,6%, em março de 2018, para 3,3%, neste mês. Segundo ele, a guerra comercial entre Estados Unidos e China tem gerado um efeito maior nos países asiáticos, mas "vem contaminado o resto do mundo".

"Na economia doméstica, nossa missão número 1 é manter a inflação sobre controle, o poder de compra da moeda. A gente está com inflação dentro da meta para os próximos anos", afirmou.

Campos Neto citou que as mudanças nas previsões para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos no país, neste ano. "No começo da revisão existia uma interpretação que o crescimento estava sendo postergado e depois o crescimento começou a cair. E teve consecutivas revisões para baixo".

Na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada na terça-feira, o BC diz que houve uma interrupção do processo de recuperação da atividade econômica e reforça que espera pela "retomada do processo de recuperação econômica adiante, de maneira gradual". O Copom projeta que o Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, deve ficar próximo da estabilidade no segundo trimestre deste ano.

"Um dos canais que continua bastante vivo na nossa economia e tem sido um sinal de alento é o canal de crédito.", disse. Ele mostrou que o crédito total cresceu 5,4% em abril deste ano.

Sobre as cooperativas, Campos Neto citou que o setor segue em processo de consolidação. "Em 2018, houve redução de cerca de 4% na quantidade de cooperativas singulares, de 967 para 925. Apesar disso, o número de cooperados aumentou e, em 2018, ultrapassou os 10 milhões de pessoas, entre físicas e jurídicas", disse. O presidente do BC projeta aumento da participação das cooperativas no crédito concedido no Sistema Financeiro Nacional de 8% para 20%, em 2022. (Agencia Brasil)

Vendas do Tesouro Direto atingem R$ 5,8 bilhões em maio

Em maio as vendas do Tesouro Direto atingiram R$ 5,86 bilhões, informou na terça-feira (25) a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), vinculada ao Ministério da Economia. Trata-se de um desempenho recorde na série histórica. Apesar do aumento das compras de títulos, o mês de maio também registrou um alto volume resgate (saques), totalizando pouco mais de R$ 10 bilhões, sendo R$ 1,95 bilhão relativos a recompras e R$ 8,10 bilhões a vencimentos. Com isso, houve resgate líquido de R$ 4,2 bilhões.

O Tesouro Direto foi criado em janeiro de 2002 para popularizar a aplicação e permitir que pessoas físicas pudessem adquirir títulos públicos diretamente do Tesouro, via internet, sem intermediação de agentes financeiros. O aplicador só tem de pagar uma taxa à corretora responsável pela custódia dos títulos.

No mês passado, 186.553 novos participantes se cadastraram no Tesouro Direto. O número total de investidores cadastrados ao fim do mês atingiu 4.193.385, um aumento de 89,8% nos últimos 12 meses. O número de investidores ativos chegou a 1.035.092, uma variação de 69,9% nos últimos 12 meses. No mês, o acréscimo foi de 28.545 novos investidores ativos, informou a STN.

Estoque

O estoque do programa fechou maio em R$ 55,5 bilhões, o que significa redução de 6,3% em relação ao mês anterior (R$ 59,3 bilhões) e aumento de 15,4% sobre maio de 2018 (R$ 48,1 bilhões).

Os títulos remunerados por índices de preços respondem pelo maior volume no estoque, alcançando 48,7%. Na sequência, aparecem os títulos indexados à taxa Selic, com participação de 34,0% e, por fim, os títulos prefixados, com 17,3%.

Em relação à composição do estoque por prazo, o governo informa que 1,1% dos títulos vencem em até 1 ano. A maior parte, 36,4%, é composta por títulos com vencimento entre 1 e 5 anos. Os títulos com prazo entre 5 e 10 anos, por sua vez, correspondem a 42,1% e aqueles com vencimento acima de 10 anos representam 20,4% do total. (Agencia Brasil)

Produção industrial e capacidade instalada sobem em maio, diz CNI

A produção industrial e o nível de utilização da capacidade instalada aumentaram em maio. No entanto, apesar desses aumentos, a ociosidade na indústria se mantém elevada e o número de empregados caiu, na comparação com abril. A constatação é da Sondagem Industrial, divulgada na terça-feira (25) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

De acordo com o levantamento, a produção subiu para 50,9 pontos em maio, valor acima dos 41,6 pontos registrados no mesmo mês de 2018 – e abaixo dos 53,8 pontos registrados em maio de 2017. Segundo a CNI, nível de utilização da capacidade instalada aumentou em 1 ponto percentual, passando de 66%, em abril, para 67% em maio.

O número de empregados no setor industrial caiu 0,3 ponto na comparação com abril, registrando 48,5 pontos. Os indicadores variam de zero a 100 pontos. Quando acima de 50, indicam aumento da produção e do emprego, informa a CNI.

Segundo o economista da CNI Marcelo Azevedo, a indústria continua acumulando estoques. Ele explica que o índice de evolução do nível de estoques efetivo em relação ao planejado vem crescendo desde fevereiro para, em maio, chegar a 51,6 pontos – o maior desde outubro de 2015, desconsiderando o registrado em maio de 2018, quando os estoques aumentaram por causa da greve dos caminhoneiros. Quando acima dos 50 pontos, esse índice mostra que a indústria está acumulando estoques indesejados.

"Há um longo caminho a percorrer para a recuperação plena da atividade industrial. Mesmo com o aumento da produção e da utilização da capacidade instalada, a ociosidade na indústria continua elevada quando comparada com outros períodos de maior atividade", avalia o economista.

Perspectivas

O levantamento da CNI indica expectativas positivas por parte do empresariado. Com relação às expectativas relativas à demanda, o indicador registrou 57,3 pontos em junho. O de compras de matérias-primas ficou em 54,6 pontos; e o relativo à expectativa quanto ao número de empregados ficou em 50,8 pontos. O indicador que mede a expectativa de quantidade a ser exportada também ficou acima dos 50 pontos – mais precisamente, 52,6 pontos.

Segundo a CNI, isso mostra que os empresários esperam aumento da demanda, da compra de matérias-primas, do emprego e das exportações nos próximos seis meses.

O indicador "intenção de investimentos" apresentou uma "pequena queda", de 0,2 ponto, caindo para 52,3 pontos em junho. Segundo a CNI, é a quarta retração seguida deste índice, que já acumula queda de 4,3 pontos desde fevereiro. "Mesmo assim, a intenção para investir está 3,3 pontos acima da média histórica", acrescenta a CNI. Em uma escala de zero a 100, quanto maior o indicador, maior é a propensão dos empresários para investir.

A Sondagem Industrial foi feita entre 3 e 12 de junho com 1.903 empresas (766 de pequeno, 683 de médio e 454 de grande porte). (Agencia Brasil)

INTERNACIONAL

Uruguai tem paralisação geral em apoio a trabalhadores do gás

O Uruguai viveu na terça-feira (25) uma paralisação geral de trabalhadores. Durante 24 horas, funcionários do setor público e privado param suas atividades em apoio aos empregados da empresa MontevideoGas, subsidiária da Petrobras no país, em conflito há meses.

Diversos serviços foram afetados pela paralisação. A União Nacional de Trabalhadores do Transporte (Unott) decidiu parar, afetando linhas de ônibus urbanos e interestaduais. A paralisação começou no fim da tarde de segunda-feira (24).

Poucos ônibus são vistos circulando pela capital, Montevidéu. De acordo com as empresas, alguns trabalhadores não sindicalizados fazem o chamado "serviço de emergência". Os táxis pararam à meia-noite, mas também há "serviço de emergência".

Outra área afetada foi o ensino. Os professores das escolas públicas aderiram à paralisação e não há aulas no ensino fundamental e médio. O Sindicato de Trabalhadores do Ensino Privado (Sintep) aderiu ao movimento, mas depende de cada instituição a decisão de parar ou manter as aulas no dia de hoje.

Sindicatos de trabalhadores da saúde também paralisaram as atividades, mantendo apenas regimes de plantão, emergências, urgências e serviços oncológicos.

As atividades bancárias foram afetadas, assim como os serviços públicos de modo geral. É a quinta paralisação geral desde que o presidente Tabaré Vázquez assumiu em 2015.

De acordo com a Central Sindical Única do Uruguai (PitCnt), a estimativa é que mais de 700 mil trabalhadores parem hoje. O número é quase o dobro dos sindicalizados, que somam 400 mil.

A decisão pela paralisação foi tomada em apoio aos trabalhadores da MontevideoGas, mas as reivindicações vão além. Os trabalhadores lutam contra as terceirizações, em defesa da negociação coletiva e contra a inserção do país na "lista curta" da Organização Internacional do Trabalho (OIT). (Agencia Brasil)

General brasileiro diz que combate ao ebola é "prioridade máxima"

O general brasileiro Elias Rodrigues Martins Filho, que comanda a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (Monusco), diz que as ações para maximizar o combate ao vírus ebola no país são uma prioridade.

"Uma crise dessas [do vírus] pode causar muito mais mortes do que os próprios combates na região. E é por isso que nós estabelecemos o suporte à crise do ebola como a nossa prioridade máxima na área da missão," explicou.

O oficial graduado do Brasil lidera as ações para proteger a população de atividades de dezenas de grupos armados no país. Mas, segundo ele, a "maior complexidade" da operação de paz atualmente é atuar ao mesmo tempo na defesa dos trabalhadores humanitários que apoiam o combate ao surto de ebola. Desde agosto de 2018 a doença afeta as áreas do leste do país.

Técnicas

Falando à ONU News, em Nova York, o general destacou que no contexto particular congolês devem ser aplicados conhecimentos que vão além das puras técnicas e táticas militares. Um total de 15.134 soldados e 600 observadores militares internacionais atuam no país.

"Nós temos desdobrado tropas adicionais nas áreas onde esse vírus está sendo combatido, com dois objetivos principais. Primeiro, proteger os oficiais humanitários, porque eles são os líderes nesse processo. Eles estão lá vindos do mundo inteiro, conduzindo os seus trabalhos num ambiente operacional difícil e muitas vezes sofrendo hostilidades da própria população".

"Num segundo momento, as nossas tropas estão lá para combater os grupos armados que atuam no país e que, desrespeitando todo esse processo, vêm atacar a própria população e em particular, os próprios trabalhadores humanitários," comentou o general

Atividades militares

Para o comandante, atuar para maximizar o combate à doença e minimizar a ação de grupos armados significa melhorar a execução de atividades militares, "principalmente nas áreas de Beni e Butembo."

"Nós temos sido, eu diria, bastante eficientes na proteção desses trabalhadores humanitários, tanto na região de Beni como agora em Butembo, mas é algo que demanda uma atenção toda especial.

Em abril, ocorreram em Butembo vários ataques a funcionários e instalações de saúde. Em uma dessas ações, morreu o médico Richard Mouzoko, especialista no combate à doença. (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

Jornal ODIASP

VIZEU LEILÕES OFICIAIS LEILÃO Somente ON-LINE
Máquinas, Eletroeletrônicos, Informática, Móveis p/Escritório
Dia 28/06/2019 às 13:00h.
Visitação: Dia 27/06/19 das 13 às 16h, em Valinhos/SP.
Dia 28/06/19 das 8:30 às 12h, em Diadema/SP.
Demais locais: Agendar visita.
www.vizeuonline.com.br (19) 3881-7088
Normas completas e condições de pagamento no site.
Washington L. Pereira Vizeu Leiloeiro Oficial - JUCESP 414.

Bolsonaro revoga decreto de armas e publica novas regras

O presidente Jair Bolsonaro decidiu revogar na terça-feira (25) o decreto editado em maio para regulamentar regras de aquisição, cadastro, registro, posse, porte e comercialização de munições e armas de fogo no país. Uma edição extra do *Diário Oficial da União*, publicada há pouco, traz a revogação da medida, que havia sido editada no dia 7 de maio e retificada no dia 21 do mesmo mês.

No último dia 18, o plenário do Senado aprovou a revogação do decreto presidencial. Por 47 votos a 28, os senadores aprovaram um Projeto de Decreto Legislativo, do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e de outros senadores, que susta os efeitos da flexibilização do porte e da posse de armas. A maioria dos senadores argumentou que a alteração das regras para o acesso a armas por meio de decreto era inconstitucional e deveria ser feita por projeto de lei.

O decreto ainda seria examinado pelo plenário da Câmara dos Deputados e pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que analisaria eventuais inconstitucionalidades na norma em sessão prevista para esta quarta-feira (26).

Pela manhã, o porta-voz do Palácio do Planalto, Otávio Rêgo Barros, havia dito que o governo não revogaria o decreto e que aguardaria o desfecho da tramitação da medida no Congresso Nacional antes de adotar alternativas.

Além de revogar o decreto, o governo publicou na mesma edição extra do Diário Oficial três novos decretos que tratam do assunto. Também foi enviado um projeto de lei do governo que modifica o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/2003).

Os ministros Onyx Lorenzoni (Casa Civil) e Jorge Oliveira (Secretaria Geral) foram pessoalmente ao Congresso Nacional entregar o novo projeto de lei e anunciar a revogação do decreto e edição de novas regras. Eles ainda devem conceder uma entrevista à imprensa para detalhar as modificações. (Agencia Brasil)

Executivo, Legislativo e Judiciário assinam pacto pela infância

Com a missão de reduzir a vulnerabilidade social e garantir direitos das crianças, foi firmado na terça-feira (25), em Brasília, pelos Três Poderes, o Pacto Nacional pela Primeira Infância. A intenção é unir esforços para dar efetividade a direitos que, embora previstos em lei, não são assegurados aos brasileiros com menos de 6 anos de idade, faixa etária considerada fundamental para o desenvolvimento de uma criança. A iniciativa é organizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ, Dias Toffoli, ressaltou que ainda há milhões de crianças em condições de vulnerabilidade socioeconômica e institucional, o que compromete a garantia dos direitos "à vida, à saúde, à alimentação, à cultura, ao lazer, ao respeito, à liberdade e proteção contra formas de negligência". Segundo ele, investir na infância é fundamental para evitar impactos negativos no futuro de jovens e adultos.

Em abril deste ano, o ministro Dias Toffoli deu início aos trabalhos do pacto ao realizar uma reunião com representantes de 40 instituições que atuam na área dos direitos da primeira infância. O pacto prevê ações até 2020. Serão cursos à distância para pessoas com atuação ligada à área da infância como psicólogos, assistentes sociais e servidores públicos, além de atividade presencial de capacitação para formar operadores do direito.

Serão ainda realizados cinco seminários nas cinco regiões do país. O pacto foi firmado na terça-feira (25) no primeiro deles, o seminário da Região Centro-Oeste.

Para divulgar as ações previstas no pacto, será lançada uma campanha com peças publicitárias, material jornalístico e conteúdo para redes sociais. (Agencia Brasil)

Segurança privada fecha 100 mil postos de trabalho em cinco anos

Responsável pela proteção de escolas, hospitais, indústrias, comércios, bancos e órgãos públicos, a segurança privada perdeu cerca de 100 mil postos de trabalho nos últimos cinco anos. Os números são da VI Edição do Estudo do Setor da Segurança Privada, da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist).

Os dados foram divulgados na terça-feira (25), no primeiro dia da ISC Brasil 2019, a 14ª Feira e Conferência Internacional de Segurança, que acontece até 27 de junho, na capital paulista.

Em 2014, eram 654.899 trabalhadores no setor. No ano passado, o número chegou a 553.905. A situação só não foi pior porque depois de três anos consecutivos em queda, em 2018 o setor registrou um crescimento de menos de um por cento (0,98%). De acordo com o estudo, a forte crise econômica dos últimos anos afetou diretamente o setor. Vários contratantes fecharam as portas.

A queda no faturamento é um outro aspecto que comprova o encolhimento do setor. No ano passado, as empresas de segurança, vigilância, escolta armada, transporte de valores e cursos de formação receberam pelos serviços prestados, segundo estimativas, R$ 33,767 bilhões, quase R$ 1 bilhão a menos que em 2017, que já havia registrado queda em relação a 2016. O estudo ressalta que os valores não correspondem ao lucro e incluem gastos com salários, impostos, encargos sociais e outros.

"Na edição anterior do levantamento, o indicativo já era de queda no número de trabalhadores, o que foi provocado pela redução do número de contratantes devido à crise econômica. A queda no faturamento era uma consequência natural", disse o presidente da Fenavist, Jeferson Nazário.

Para ele, os números mostram que apesar do aumento da criminalidade, o setor segue em queda. "A crise veio quebrar o mito de que a segurança privada cresce com a criminalidade".

De acordo com Jeferson, os resultados não são ruins apenas para o segmento e para a economia do país, mas também para o governo. "Mais de 80% do faturamento do segmento retorna para os governos municipal, estadual e federal em impostos e encargos sociais. Somos responsáveis por cerca 0,5% do PIB do Brasil. Logo, o governo tem arrecadado menos também. Além disso, são menos vigilantes nas ruas ajudando a garantir a segurança da população, e permitindo que os policiais atuem onde de fato são necessários, que é na segurança ostensiva", disse.

Na opinião do presidente da Fenavist, a automação no setor de segurança não afeta o segmento. "A tecnologia vem somar, não vem diminuir, porque o homem, na área de segurança, não é afastado da ação. Então, a máquina vem para ajudar a fazer uma cobertura maior e uma ação rápida de quem está monitorando. Então a gente entende que isso vem a agregar e não a afetar na diminuição de postos".

Estatuto

Segundo o presidente da Fenavist, a aprovação do Estatuto da Segurança Privada poderia minimizar a queda no setor. "Estamos ansiosos com a aprovação do estatuto, que agora está na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, que é a última esfera para aprovação. Com isso, ele vem regular e fortalecer a fiscalização da Polícia Federal nas empresas, porque existe um universo de clandestinidade muito grande. Os números mostram que existem três vigilantes trabalhando na clandestinidade para cada um na formalidade".

O Projeto de Lei 4238/12 reúne mais de uma centena de propostas. Segurança em eventos, proteção da área externa de presídios e outras propriedades militares são apenas algumas das atividades que o segmento poderia assumir a responsabilidade, de forma a desafogar a segurança pública, como ocorre nos países do primeiro mundo.

O estudo foi desenvolvido a partir do cruzamento de dados do Ministério da Economia, Secretaria de Previdência Social, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Receita Federal, Polícia Federal, entre outros. A análise das informações foi feita pelo Departamento de Estatística da Fenavist.

Empresas

Segundo o levantamento, em 2018, existiam 2.694 empresas autorizadas a atuarem na segurança privada. A Região Sudeste concentra a maior parte com 1.062 empresas (39,4%), em seguida aparecem o Nordeste (593/22,0%), o Sul (527/19,6%), o Centro-Oeste (304/11,3%) e o Norte (208/7,7%).

Do total de empresas autorizadas, 296 são cursos de formação. O número se manteve estável em relação a 2014, quando existiam 297 escolas aptas a darem o curso de formação de vigilantes.

Atualmente, são 553.905 postos de trabalho. Também no quesito número de trabalhadores a Região Sudeste lidera. São 272.224 (49,1%). No nordeste são 111.893 (20,2%). O Sul tem 84.538 trabalhadores (15,3%). Depois, aparecem o Centro-Oeste 53.841 (9,7%) e o Norte 31.409 (5,7%).

Do total de trabalhadores, 476 mil são vigilantes, e o restante dos empregados atua em outras funções das empresas. (Agencia Brasil)

Greenwald reitera autenticidade de material divulgado por site

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, o jornalista norte-americano Glenn Greenwald, editor do site jornalístico The Intercept Brasil, reiterou na terça-feira (25) a autenticidade do material recebido de uma fonte anônima com supostas mensagens entre o atual ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, e membros da força-tarefa da Lava Jato entre os anos de 2015 e 2018.

Desde o início do mês, o The Intercept vem divulgando trechos de supostas conversas que Moro teria mantido com integrantes da força-tarefa da Lava Jato quando ainda era juiz da 13ª Vara da Justiça Federal, em Curitiba, onde é julgada parte dos processos da Lava Jato.

O ministro tem afirmado que as mensagens veiculadas pela imprensa foram tiradas de contexto e podem ter sido adulteradas. Moro informou que usava o aplicativo de mensagens Telegram para "agilizar" os contatos com procuradores da força-tarefa da Lava Jato necessários à execução de procedimentos legais e que suas conversas não revelam nenhuma ilegalidade, tendo sido obtidas "criminosamente" por hackers que interceptaram as comunicações de autoridades.

Segundo Glenn Greenwald, o ministro não apontou até o momento qualquer material específico publicado em que possa ter ocorrido adulteração.

O The Intercept afirma ter recebido de uma fonte anônima um imenso arquivo contendo mensagens em texto e áudio. A equipe de jornalistas do sitegarante ter apurado a veracidade das informações. Para os jornalistas, as conversas indicam que Moro infringiu o código da magistratura ao ajudar os procuradores da República a instruírem o processo penal, sugerindo a ordem de deflagração de operações policiais da Lava Jato e indicando testemunhas a serem ouvidas pela acusação.

O site diz que não revelará a origem das mensagens. A Constituição Federal reserva a todo jornalista o direito de não revelar suas fontes de informações.

Na segunda-feira (24), o ministro Sergio Moro anunciou que, devido a sua viagem aos Estados Unidos, não compareceria à audiência pública que as comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados tinham marcado para esta quarta-feira (26). O convite a Moro tinha o objetivo de obter esclarecimentos sobre as notícias que vêm sendo publicadas pelo site The Intercept Brasil, em parceria com o jornal Folha de S.Paulo e do programa O É Da Coisa, transmitido pela rádio BandNews FM.

Na semana passada, Moro passou mais de oito horas falando sobre o assunto aos membros da Comissão de Constituição e Justiça do Senado. O ministro disse várias vezes que não se recordava das mensagens, colocando em dúvida a autenticidade delas. Ele disse ainda não ter apego ao cargo e que, se que houver qualquer irregularidade comprovada, ele deixará a função. (Agencia Brasil)

Por 3 votos a 2, Segunda Turma do STF nega liberdade a Lula

Por 3 votos a 2, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu NA terça-feira (25) negar pedido de liberdade ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O colegiado julgou um *habeas corpus* no qual a defesa de Lula pediu que fosse declarada a suspeição do então juiz Sergio Moro no julgamento do caso do tríplex no Guarujá (SP) com base nas supostas mensagens divulgadas pelo *site* The Intercept.

Mais cedo, o colegiado rejeitou um outro pedido de liberdade ao ex-presidente.

Lula está preso desde 7 de abril do ano passado na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba, após ter sua condenação confirmada pelo Tribunal Regional Federal 4ª Região (TRF4), que impôs pena de 12 anos e um mês de prisão pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso do tríplex do Guarujá (SP). Em abril, a pena foi reduzida pelo STJ para oito anos e 10 meses de prisão.

Votos

Na segunda-feira (24), o ministro Gilmar Mendes, que pediu vista do processo que trata da questão, solicitou adiamento do caso, mas, na sessão de terça-feira, decidiu conceder liberdade a Lula até que o caso seja analisado. O pedido de liberdade liminar foi feito pelo advogado Cristiano Zanin, representante de Lula. Zanin argumentou que processos envolvendo réus presos e maiores de 70 anos têm prioridade na pauta de julgamentos.

Ao votar, Gilmar Mendes reafirmou que não há tempo na sessão para analisar profundamente a questão das supostas mensagens divulgadas pelo *site* The Intercept, envolvendo Moro e procuradores da Lava Jato.

Segundo o ministro, a defesa apresentou argumentos consistentes e Lula deve ficar em liberdade até o julgamento final do caso. "Desde o primeiro momento narram-se sete fatos complexos sobre imparcialidade do julgador. Por esse motivo, o julgamento de mérito não tinha como não ser adiado", disse Gilmar Mendes. Ricardo Lewandowski também votou a favor da soltura de Lula.

Em seguida, o relator do caso, ministro Edson Fachin votou contra a concessão da liberdade e disse que o material divulgado pelo The Intercept não foi apresentado às autoridades. Celso de Mello e Cármen Lúcia seguiram o relator e também mantiveram a prisão.

Defesa

A defesa argumentou que o *habeas corpus* foi protocolado em novembro de 2018 para que fosse reconhecida a suspeição do então juiz para processar e julgar o ex-presidente e, consequentemente, reconhecimento da nulidade de todos os atos praticados por ele na ação penal do tríplex, além de soltura do ex-presidente.

O argumento central da defesa é o fato de Moro ter aceitado convite para o cargo de ministro da Justiça e Segurança Pública do governo Jair Bolsonaro. Quando foi impetrado no ano passado, a defesa não trazia em seus argumentos as supostas trocas de mensagens entre o então juiz e o procurador Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa da Lava Jato, no Paraná, divulgadas pelo site The Intercept Brasil. Na semana passada, os advogados pediram que os "fatos públicos e notórios" fossem levados em conta pelo STF.

Desde a publicação das supostas mensagens, o ministro Sergio Moro não reconhece a autenticidade dos diálogos e diz que as mensagens podem ter sido "editadas e manipuladas" por meio de ataques de *hackers*. (Agencia Brasil)

CNJ estabelece regras para reduzir encarceramento de indígenas

O plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou na terça-feira (25) duas resoluções: a primeira estabelece diretrizes que devem ser seguidas por juízes de todo o país para aplicação de penas alternativas à restrição de liberdade e a segunda fixa procedimentos de tratamento processual específico para indígenas acusados, condenados ou privados de liberdade.

Para o presidente do CNJ, ministro Dias Toffoli, as determinações são um "marco". Toffoli, que preside também o Supremo Tribunal Federal (STF), disse que, ao prestigiar a aplicação de penas alternativas, o CNJ compromete-se com a superação da cultura do encarceramento excessivo e desproporcional.

"A maior parte das pessoas presas está detida por [ter cometido] crimes patrimoniais ou crimes praticados sem violência. São pessoas que poderiam ser responsabilizadas de maneira mais eficiente e menos custosa", afirmou Toffoli, defendendo a redução dos níveis de encarceramento no país.

O ministro lembrou que já existem mais de 720 mil pessoas custodiadas no sistema prisional. "Isso sem falar nos mandados de prisão em aberto e nas pessoas em prisão domiciliar. A população carcerária cresce a uma taxa de 7% ao ano. Os estados, como era de se esperar, não estão conseguindo absorver esse quantitativo de homens e mulheres em prisões dignas e com serviços adequados. A violência, por outro lado, não tem diminuído", afirmou Toffoli, acrescentando que as organizações criminosas valem-se desta "farta oferta de mão de obra para se fortalecer.

Ele defendeu a aposta em penas alternativas e na redução do encarceramento como "uma saída para o caos" do sistema prisional brasileiro e lembrou que o próprio STF já destacou que a situação "extremamente indigna" a que os presos de quase todo o país estão condenados afronta a Constituição Federal. O ministro lembrou que, em resposta a esta situação, o CNJ firmou acordo de cooperação técnica com o Departamento Penitenciário Nacional [Depen], do Ministério da Justiça, e com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) para lançar o Justiça Presente, programa de enfrentamento à crise do sistema penal brasileiro.

"Temos que seguir investindo nesta trajetória para diminuir o encarceramento", propôs o ministro, ao explicar que a resolução que visa a estimular a promoção da aplicação de alternativas penais prevê a articulação do Poder Judiciário com o Executivo para estruturar serviços, a especialização de varas responsáveis pela execução das medidas aplicadas e o fomento de políticas sociais adequadas.

Ainda segundo o ministro, a outra resolução aprovada, com a qual o CNJ assume o compromisso de dar tratamento adequado às pessoas indígenas acusadas, processadas ou condenadas e privadas de liberdade, obrigará os tribunais a levar em conta as particularidades e necessidades destas pessoas. "Para construirmos um sistema efetivamente justo, o Poder Judiciário precisa adotar procedimentos que garantam os direitos já previstos na legislação e em compromissos de direitos humanos assumidos pelo Brasil", comentou o ministro, enfatizando que, ainda hoje, é comum que "indígenas com pouco ou nenhum conhecimento da língua portuguesa sejam acusados e condenados sem que lhes seja assegurado um intérprete" no júri.

"Costumes próprios das comunidades indígenas também não são considerados em grande parte dos casos. E, quando são custodiadas em unidades prisionais, pessoas indígenas não veem respeitadas suas particularidades culturais em aspectos como alimentação, rituais religiosos ou contatos familiares", concluiu o ministro. (Agencia Brasil)

BRE Ponte I Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 09.230.604/0001-86

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Balanço Patrimonial

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.719	4.214
Contas a receber	7	1.673	1.283
Tributos a recuperar		751	877
Despesas antecipadas		298	22
Conta corrente pessoas ligadas	8	152	–
Outros créditos		55	55
Total do ativo circulante		7.638	6.451
Não circulante			
Propriedade para investimento	6	120.492	120.998
Total do ativo não circulante		120.492	120.998
Total do ativo		128.130	127.449

Balanço Patrimonial

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar		74	91
Tributos a pagar		330	314
Adiantamento de clientes	7	2.894	1.930
Outros passivos circulantes		5	–
Total do passivo circulante		3.303	2.335
Não circulante			
Tributos diferidos		15	–
Depósito caução	7	377	392
Total do passivo não circulante		392	407
Patrimônio líquido	10		
Capital social		63.970	63.509
Reservas de lucros		59.270	61.170
Total do patrimônio líquido		123.240	124.679
Total do passivo e patrimônio líquido		128.130	127.449

Demonstração do Resultado

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Receita líquida	11	10.603	10.061
Despesas com vendas operacionais			
Gerais e administrativas	12	(3.245)	(3.092)
Outras despesas operacionais		–	(29)
Lucro antes do resultado financeiro		7.358	6.940
Despesas financeiras	13	(323)	(134)
Receitas financeiras	13	469	152
Lucro antes das provisões tributárias		7.504	6.958
IR e CS - diferidos		(15)	1
IR e CS - correntes	9	(1.292)	(1.072)
Lucro líquido do exercício		6.211	5.887
Lucro por ação - ordinária (R$)		0,0967	0,0921

Demonstração do Resultado Abrangente

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	6.211	5.887
Total dos resultados abrangentes do exercício	6.211	5.887

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

	31/12/2018	31/12/2017
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	6.211	5.903
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Imposto de renda diferido	(15)	1
Resultado de incorporação	(211)	(211)
Depreciação acumulada (Notas 7 e 12)	507	507
	6.592	6.201
Variações nos ativos e passivos:		
Aumento/(redução) no ativo:		
Tributos a recuperar	127	329
Contas a receber	(390)	60
Despesas antecipadas	(276)	(22)
Adiantamento a fornecedores	–	10
Outros créditos	(152)	(55)
Aumento/(redução) de passivo:		
Adiantamento de clientes	142	(20)
Contas a pagar	(17)	(1.026)
Tributos a pagar	16	22
Outros passivos circulantes	5	–
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	6.047	5.480
Atividades de investimento:		
Aquisição de ativos para investimentos	–	(1.823)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	–	(1.823)
Atividades de financiamento:		
Aumento de capital	2.469	–
Distribuição de dividendos	(8.009)	(1.320)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(5.540)	(1.320)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	505	2.358
Saldo de caixa e equivalente de caixa:		
No início do exercício	4.214	1.706
No final do exercício	4.719	4.214
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	505	2.358

Demonstrações do Resultado Abrangente

	31/12/2018	31/12/2017
Receita líquida	10.603	10.061
Custos	–	–
Lucro bruto	10.603	10.061
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(3.245)	(3.092)
Outras despesas operacionais	–	(29)
Resultado antes do resultado financeiro	7.358	6.940
Despesas financeiras	(323)	(134)
Receitas financeiras	469	152
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	7.504	6.958
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.292)	(1.072)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(15)	1
Lucro líquido do exercício	6.211	5.887
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	6.211	5.887

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	6.047	5.480
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	–	(1.823)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(5.540)	(1.320)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	505	2.358
Caixa e equivalentes de caixa:		
No início do exercício	4.214	1.706
No final do exercício	4.719	4.214
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	505	2.358

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

	31/12/2018	31/12/2017
Outras receitas financeiras	181	22
	181	22
Resultado financeiro	148	22

14. Instrumentos financeiros: a) Gerenciamento de riscos: A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, sujeitos aos riscos de mercado, de crédito e de liquidez, que se beneficiam e atendem às suas necessidades e a redução de custos de capital, de taxa de juros e de mercado. A administração desses riscos é efetuada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites e posições. Os ganhos e perdas decorrentes de operações com instrumentos financeiros com finalidade especulativa. b) Valorização dos instrumentos financeiros: Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como suas categorias de classificação:

	Hierarquia	Valor contábil	Valor justo	Mensuração
Equivalentes de caixa - Nota 5	Nível 2	4.719	4.719	(*)
Contas a receber - Nota 7	Nível 2	1.673	1.673	(*)
Outros créditos	Nível 2	55	55	(*)
		6.447	6.447	
Contas a pagar	Nível 2	(74)	(74)	(*)
Adiantamento de clientes e caução	Nível 2	(2.894)	(2.894)	(*)
		(2.968)	(2.968)	

(*) Valor justo através do resultado. (**) Custo amortizado. A Companhia aplica as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus ativos financeiros e passivos, de acordo com as características inerentes de cada instrumento, o que requer a divulgação das mensurações de valor justo pelo nível da seguinte hierarquia: (i) Preços cotados (não ajustados) em mercados para ativos e passivos idênticos (Nível 1); (ii) Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja direta (ou seja, correspondente) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2); (iii) Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis) (Nível 3). c) Valor justo dos ativos e passivos financeiros: O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo dos itens abaixo: caixa, contas a receber e a pagar, empréstimos e financiamentos a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento de curto prazo desses instrumentos. • Os valores registrados das aplicações financeiras, em certificado de depósito bancário e operações compromissadas, não apresentam diferença significativa em relação ao valor de mercado. d) Considerações sobre riscos: Riscos de juros: Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas ou descasamento de moedas nas carteiras ativas e passivas. O indexador contratado para as aplicações financeiras e a conta corrente a receber de alugueis é indexador utilizado é o IGP-M, considerado para atualização do saldo até o final do contrato. As poupanças passadas da Companhia estão basicamente representadas por contas a pagar, adiantamento de clientes e caução, sendo os dois últimos estabelecidos conforme contratos e atrelados ao indexador IGP-M e CDI, respectivamente. A Companhia envereda estudos de mercado e posiciona-se de forma a assumir os eventuais descasamentos entre estes indicadores. Riscos de crédito: A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em instituições financeiras aprovadas pela Administração de acordo com os critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. Para gerenciamento das perdas com os locatários, a Companhia tem por política efetuar análise de crédito, liquidez e exposições financeiras que possam comprometer a capacidade financeira dos potenciais promitentes locatários antes da formalização de aquisição dos imóveis. Estas análises baseiam-se em suporte documental e análise interna. Os objetivos da Companhia são: (i) Risco da liquidez: não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência do descasamento de prazo ou de volume entre recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez de caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela Administração da Companhia. Gestão de risco de capital: O objetivo da Companhia é manter o capital não ou de maladamente a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos sócios e garantia de demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital. *Risco operacional* E o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aquelas decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceites de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrijam iniciativa e criatividade. A principal ferramenta utilizada para gerenciamento do risco operacional é o controle de perdas por falhas/ocorrências e atribuída à Alta Administração. Identificação e avaliação dos instrumentos financeiros: A Companhia no processo de análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, baseados em cenários considerados por índices de inflação (IGP-M) e variação de taxa de juros (CDI). Com base nas projeções divulgadas pelo Banco Central (fonte: http://www.bcb.gov.br), a Companhia considerou ainda os cenários possível e remoto, quando não foram calculados cenários crescentes e decrescentes de 25% e 50% sobre os ativos e passivos líquidos, sendo que segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade:

Indexador	Saldo líquido	Queda 50%	Queda 25%	Queda provável	Aumento 25%	Aumento 50%
IGP-M	3.217	4,81%	6,42%	8,03%	9,63%	12,84%
CDI	3.217	5,66%	7,54%	9,42%	11,31%	15,08%

Ativos e passivos líquidos	Saldo líquido	Queda 50%	Queda 25%	Queda provável	Aumento 25%	Aumento 50%
CDI	4.342	139	209	279	348	418
IGP-M	(1.125)	(48)	(72)	(96)	(119)	(143)
Total	3.217	91	137	183	229	275

Indexador	Saldo líquido	Queda 50%	Queda 25%	Queda provável	Aumento 25%	Aumento 50%
IGP-M	3.38%	3,06%	4,59%	6,44%	10,13%	
CDI	2,28%	3,38%	4,51%	5,64%	6,77%	

Ativos e passivos líquidos	Saldo líquido 31/12/2018	Queda 50% (6,25%)	Queda 25% (3,13%)	Queda provável (1,56%)	Aumento 25% 1,56%	Aumento 50% 3,13%
CDI	3.892	129	190	259	322	387
IGP-M	(674)	(75)	(22)	(22)	(22)	(44)
Total	3.218	114	172	237	294	343

	Saldo em 2018 em 2017	CDI	IGP-M	Indexador
Saldos nas demonstrações financeiras				
Aplicações Financeiras	4.719	4.214	4.719	–
Contas a receber	1.673	1.283	–	1.673
Outros créditos	55	55	–	55
Total dos ativos com riscos financeiros	6.447	5.552	4.719	1.673
Contas a pagar	(404)	(404)	–	(404)
Adiantamento de clientes e caução	(2.421)	(2.329)	(372)	(2.094)
Total dos passivos com riscos financeiros	(2.825)	(2.734)	(372)	(2.094)
Total dos ativos e passivos líquidos	3.622	2.818	4.347	(421)
15. Demandas judiciais: Com base na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e avaliação da Administração, não foram registradas provisões para contingências, pois não havia processos classificados como de perda provável. Não sendo necessária qualquer divulgação adicional, em função de não haver processos classificados como perda possível e remota.

Marcelo Fedak - Diretor

Antonio Cesar Fernandes Freitas - Contador - CRC 1SP 242050/O-5

Arainvest Participações S.A. - CNPJ 06.139.408/0001-25 - NIRE 35.300.314.051

Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária de 03.05.2019

Data, hora, local: 3.05.2019, 11hs, na sede social, Rua Manoel da Nóbrega, 1280, 10º andar, Edifício Kyoei, Paraíso, São Paulo/SP. **Convocação:** Edital publicado nos jornais DOESP e O Dia SP, em 24, 25 e 26.04.2019. **Presença:** 1ª convocação, acionistas representando 58,33% do capital social. Presente, ainda, o Diretor da Sociedade, Sr. Edson Maioli. Ainda Presidente: Sra. Maioli; Secretário: Dionysios Emmanuil Inglesis. **Deliberações aprovadas: (i)** As Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2018, publicadas nos jornais DOESP e O Dia SP, em 19.04.2019; **(ii)** Consignada a apuração de prejuízo no mencionado exercício social, no valor de R$3.373.826,75, os quais foram contabilizados na rubrica *Prejuízos Acumulados*; **(iii)** Reeleição para o cargo de Diretor, dos Srs. *Dionysios Emmanuil Inglesis*, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 3.693.899-3 SSP/SP, CPF 030.889.648-36, e *Edson Maioli*, brasileiro, casado, contador, RG 16.318.579 SSP/SP, CPF 055.655.518-03, ambos residentes em São Paulo/SP, ambos para o período de mandato de 03 anos, ou seja, até a AGO de 2022, estendendo-se, também, até a posse dos novos Diretores que serão eleitos na mencionada Assembleia, e declaram que não estão impedidos de exercer atividades mercantis; e **(iv)** Os Diretores não farão jus a remuneração anual. **Encerramento:** Nada mais, lavrou-se a ata. São Paulo, 03.05.2019. Acionistas: **Eara Moise Safra** pp. *Joseph Yacoub Safra, Alberto Joseph Safra e Dionysios Emmanuil Inglesis*. JUCESP nº 320.882/19-0 em 13.06.2019. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

SF One Hundred One Participações Societárias S.A.

(em constituição)

Extrato da Ata da Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações

Data, hora, local: 18.10.2018, 10hs, na sede social, Rua Cardeal Arcoverde, 2.365, conjuntos 11 e 13, São Paulo/SP. **Presença:** Fundadores e subscritores representando a totalidade do capital inicial. **Mesa:** Presidente: Luis Guilherme de Souza Ribeiro, Secretário: Lawrence Santini Echenique. **Deliberações aprovadas: 1.** O projeto de estatuto social. **2.** Subscrição de 600 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas por R$1,00 cada uma, totalizando um valor de R$600,00 e a integralização parcial de 10% do valor total dessas ações pelos acionistas fundadores. **3.** A totalidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão são subscritas pelos acionistas fundadores com as seguintes proporções: **Luis Guilherme de Souza Silva, Lawrence Santini Echenique** e **Luis Fernando Elias Falleiros** cada um subscreveu 200 ações ordinárias de emissão, pelo valor total de R$600,00. **4.** O capital será integralizado em moeda corrente do País em até 12 meses, a contar da data de expedição da Autorização de Funcionamento Jurídico. **5.** Atendidos os requisitos preliminares exigidos nos termos do artigo 80, Lei 6.404/76, o Presidente declarou a Companhia **6.** Eleperam, para um mandato unificado de 1 ano, os seguintes diretores sem designação específica: **Luis Guilherme de Souza Silva**, brasileiro, casado, advogado, RG 30.267.600-4 SSP/SP, CPF/MF 355.147.028-63; **Lawrence Santini Echenique**, brasileiro, casado, advogado, RG 43.727.670-3 SSP/SP, CPF/MF 360.193.198-28; e **Luis Fernando Elias Falleiros**, brasileiro, casado, advogado, RG 43.508.530-X SSP/SP, CPF/MF 368.147.958-50, todos residentes em São Paulo/SP, os quais ora eleitos declaram que não estão impedidos de exercer atividades mercantis. **7.** A remuneração global dos diretores, para o exercício social corrente, será fixada oportunamente, observando o disposto na legislação aplicável e no estatuto social que ora passa a reger a Companhia. **8.** Aprovar o DOESP ou DOU e um outro de grande circulação para serem os jornais de grande circulação que serão utilizados para a publicação de atos societários da Companhia. **9.** Aprovar que, quando necessário, **Encerramento:** Nada mais, lavrou-se a ata. São Paulo, 18.10.2018. Acionistas Subscritores e Diretores Eleitos: **Luis Guilherme de Souza Silva, Lawrence Santini Echenique, Luis Fernando Elias Falleiros.** Advogado: **Luis Guilherme de Souza Silva** - OAB/SP nº 316.225. JUCESP nº 406.262/18-0 em 31.10.2018. **Helena Penteado** - Secretária Geral. **Anexo - Estatuto Social. Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º.** A SF One Hundred One Participações Societárias S.A. ("**Companhia**") é uma sociedade por ações que se reger por este Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro São Paulo/SP, Rua Cardeal Arcoverde, 2.365, conjuntos 11 e 13, Pinheiros, CEP 05407-003, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da Diretoria. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social participar em outras sociedades, civis ou empresariais, na qualidade de acionista ou quotista. **Artigo 4º.** A Companhia terá prazo indeterminado de duração. **Capitulo II - Do Capital. Artigo 5º.** O capital social é de R$600,00, representado por 600 ações, sendo todas ordinárias, nominativas, e sem valor nominal. **§1º.** Cada ação corresponde a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **§2º.** As ações provenientes de aumento de capital serão distribuídas entre os acionistas, na forma da lei, no prazo que for fixado pela assembleia que deliberar sobre o aumento de capital. **§3º.** Mediante deliberação da Assembleia Geral poderá haver emissão de capital social, a Companhia poderá adquirir as próprias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social, para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor. **Capitulo III - Da Assembleia Geral. Artigo 6º.** A Assembleia Geral realizar-se-á, ordinariamente, nos 4 primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **§1º.** A Assembleia Geral será presidida por acionista ou diretor eleito no ato, que convidará, dentre os diretores ou acionistas presentes, o(a) Secretário(a). **Capitulo IV - Da Administração. Artigo 7º.** A administração da Companhia será exercida por uma Diretoria, composta de 2 a 5 membros, todos com a designação de diretores, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, permitida a reeleição. **Artigo 8º.** Ao(ao) o mandato, os diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a posse de seus sucessores. **§1º.** Os diretores ficam dispensados de prestar caução e suas remunerações serão fixadas pela Assembleia Geral que os eleger, salvo se decidido de forma diversa pelos acionistas representando a maioria absoluta dos votos. **§2º.** A investidura nos cargos de diretor dá-se mediante lavrado no livro próprio. **Artigo 9º.** No caso de impedimento temporário de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pela Assembleia Geral. **Artigo 10º.** A Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Companhia e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e de órgãos governamentais, federais, estaduais ou municipais; outorgar e revogar mandatos, assinar todos os documentos, escrituras, contratos e instrumentos de crédito; emitir e endossar cheque; abrir, operar encerrar contas bancárias; contratar empregados, concedendo garantias, adquirir, vender, onerar ou ceder, no todo ou em parte, bens móveis ou imóveis. **Artigo 10º.** A representação da Companhia, ativa e passiva, judicial e extrajudicial, perante os bancos e atos referidos no artigo nono competirá a qualquer 2 diretores, agindo em conjunto, ou a um ou mais procuradores, na forma instrumento que nomeiem, nos limites do mandato, especificando os poderes conferidos e o prazo de validade de seus efeitos, em conjunto, devendo os instrumentos de mandato especificarem os poderes conferidos aos mandatários e serem outorgados com prazo de validade não superior a 12 meses, exceto em relação às procurações "*ad judicia*", as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **Capitulo V - Do Conselho Fiscal. Artigo 11.** O funcionamento do conselho fiscal, a pedido de acionistas representando a maioria do capital social, a prestação de avais, fianças e outras garantias em favor de terceiros. **Artigo 11.** Compete à Diretoria cumprir e fazer cumprir os dispositivos do Estatuto Social e deliberações da Assembleia Geral e do funcionamento. **Capitulo V - Conselho Fiscal. Artigo 12.** A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto de, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros efetivos e igual número de suplentes, nos termos do artigo 161 da Lei 6.404/76 e suas alterações posteriores, e será composto por um mandato de 1 ano, permitida a reeleição. **Capitulo VI - Disposições Gerais. Artigo 13.** O exercício social da Companhia corresponde ao período de 1º de dezembro de cada ano, coincidente com o ano civil, encerrando-se o exercício social, a Companhia preparará um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas pela legislação aplicável. **Artigo 14.** Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia Geral lhes der, considerada a proposta da Diretoria, sendo que o dividendo obrigatório será distribuído, quando não forem absorvidos por perdas e demais deduções previstas pela legislação aplicável. **Artigo 15.** Mediante decisão de acionistas representando a maioria do capital social, a Companhia poderá preparar balanços periódicos a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores. **Artigo 17.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, com o quórum de acionistas representando a maioria do capital social, a qual determinará a forma de sua liquidação e nomeará o liquidante e o conselho fiscal. **Artigo 18.** Qualquer ação entre os acionistas ou deles contra a Companhia, será proposta perante o foro da Comarca de São Paulo/SP. Advogado: Luis Guilherme de Souza Silva - OAB/SP nº 316.225

EDITAL DE INTIMAÇÃO-PRAZO DE 20 DIAS.PROCESSO Nº 0022274-66.2011.8.26.0003. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Lidia Regina Rodrigues Monteiro Cabrini, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) KAMILÉ TAWILE ELIAS, CPF 663.902.068-87, que nos autos de Execução de Título Extrajudicial que contende com Vicunha Têxtil S/A, lhe foi bloqueada pelo sistema BACENJUD, a quantia de R$ 9.228,72 (Maio/2017), conforme ordem judicial. Fica o executado, por intermédio de seu advogado constituído nos autos, ou, não tendo, por meio da presente, ciente do bloqueio, bem como, do prazo de 05(QUINZE) dias, que fluirá após o decurso do prazo deste edital, OFEREÇA IMPUGNAÇÃO. Não sendo impugnado o bloqueio, a ação prosseguirá em seus ulteriores termos, com o consequente levantamento da penhora pelo credora. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 03 de junho de 2019. 26 e 27/06

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1006540-41.2017.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional XV - Butantã, Estado de São Paulo, Dr(a). Paulo Henrique Cremoneze Garcia, etc. FAZ SABER a(o) CRISTIANO VIEIRA, Brasileiro, Casado, Comerciante, CPF 936.022.008-68, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Piqueri Comércio e Distribuidora de Auto Peças LTDA, objetivando o recebimento de R$ 9.228,72 (Maio/2017), acompanhada do cheque nº 000367 no valor de R$ 8.501,83, sacado contra o Banco Bradesco S/A, e encontrando-se o executado em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que no prazo de 03 dias, efetue o pagamento da dívida atualizada ou em 15 dias embargue a execução, a fluirem após os 20 dias supra. Em caso de pagamento integral da dívida, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, e cumprindo o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários advocatícios, requerer que seja admitido pagar o restante em até 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária de juros de 1% ao mês. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 07 de junho de 2019. 26 e 27/06

EDITAL DE CITAÇÃO Processo Digital nº: 1040538-10.2017.8.26.0002 Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Condomínio Requerente: Condomínio Edifício José Strano Requerido: Espólio de Maria Aparecida Aguiar Meirelles EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1040538-10.2017.8.26.0002 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). CLAUDIO SALVETTI D'ANGELO, na forma da Lei, etc. Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo nº 1040538-10.2017.8.26.0002. O Dr. CLAUDIO SALVETTI D'ANGELO, Juiz de Direito da 3ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro/SP, Faz Saber a ESPÓLIO DE MARIA APARECIDA AGUIAR MEIRELLES, neste ato representada por seu inventariante CARLOS FERNANDO AGUIAR MEIRELLES (RG nº15.859.800-5 SSP/SP e CPF/MF nº 010.453.848-10) que CONDOMÍNIO EDIFÍCIO JOSÉ STRANO, lhe ajuizou uma AÇÃO DE COBRANÇA, de acordo com o Processo nº 1040538-10.2017.8.26.0002, referente ao não pagamento das despesas condominiais do imóvel situado na Rua Barão do Rego Barros, nº158, apartamento nº 71, Vila Congonhas. Estando o réu em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para os atos e termos da ação supra, com o prazo de 20 dias, fluindo o prazo da data do despacho que ordenou a citação, sendo-lhe facultado, no prazo de 15 dias seguintes contados da data do término do prazo da citação, o oferecimento da ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de junho de 2019. 26 e 27/06

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
SÃO PAULO /SP

Pelo presente EDITAL, nos termos do art. 19 da Lei 8004/90 e art. 15 da RD 08/70, tendo em vista a ausência de notificação pessoal pelo oficial do cartório nos termos da certidão apresentada, fica(m) notificado(a)(s) abaixo, para cálculo e pagamento, que deverá(ão) ser efetuado(s) no prazo de 21 dias (Lei 8.004 de 14/03/1990 e do Decreto-Lei nº 70, de 21/11/1966 e das normas complementares do S.F.H., a promover a execução extrajudicial da(s) HIPOTECA(S) que oneram os imóveis descritos a seguir:

Ficam cientificados, outrossim, de que tem o prazo de 20(vinte) dias, contados de 24/06/2019, para, querendo, purgar(em) o debito e evitarem a execução, o que poderá ser feito no endereço de cobrança descrito abaixo:

SED:1EBF3 - CONTRATO: 318164053243-7 - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA - 1816- GRANJA JULIETA
ENDEREÇO DO IMÓVEL: AVENIDA SENADOR TEOTONIO VIVELA, Nº 4287, ESQUINA COM A AVENIDA DONA BELMIRA MARIN, APARTAMENTO 44, DO TIPO B, 4º PAVIMENTO OU ANDAR DO PREDIO 5-C, TIPO B, BLOCO 5, EDIFICIO PANAMÁ, CONJUNTO CONDOMINIAL CONDOMINIO RESIDENCIAL PARQUES UNIDAS, SITIO PARELHEIROS, BAIRRO DO RIO BONITO, 32º SUBDISTRITO - CAPELA DO SOCORRO, SÃO PAULO/SP.

VITOR MIGUEL DOS SANTOS, BRASILEIRO(A), INDUSTRIARIO, CPF: 67958990804, CI: 8.174.562 SSP/SP CASADO(A) COM ALMERINDA AUGUSTA DOS SANTOS, BRASILEIRO(A), DO LAR, CPF: 67958990804, CI: 21.119.329 SSP/SP.

DEJARI MIGUEL DOS SANTOS, BRASILEIRO(A), INDUSTRIARIO, CPF: 105424618-11, CI: 12.409.267-SSP/SP, SOLTEIRO(A) e cônjuge, se casado(a) estiver.

FIDUCIAL DIST. TITULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA
Endereço de Cobrança:
AGENCIA DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL ONDE PAGAVA AS PRESTACOES

24 - 25 - 26/06/2019

Nogle Participações S.A. - CNPJ nº 10.881.765/0001-70

Demonstrações Contábeis e Financeiras - Em reais

Balanço Patrimonial

	12/2018	12/2017
ATIVO	**10.796.491,50**	**10.350.594,11**
Ativo circulante	**88,93**	**836,38**
Caixa e equivalentes de caixa	88,93	836,38
Ativo não circulante	**10.796.402,57**	**10.349.757,73**
Realizável a longo prazo		
Direitos com coligadas, controladas e sócios	2.881.399,39	1.606.599,19
Investimentos	14.354.901,99	15.179.345,13
Imobilizado	1.600.422,87	1.600.422,87
(-) Depreciação acumulada	(40.410,78)	(35.609,48)

Demonstração do Resultado

	12/2018	12/2017
PASSIVO	**10.796.491,50**	**10.350.594,11**
Passivo circulante	**219.691,86**	**216.960,75**
Empréstimos e financiamentos	154.128,00	141.000,00
Obrigações	55.133,26	75.952,15
Passivo não circulante	**14.214.956,65**	**12.437.369,12**
Empréstimos e financiamentos	44.016,43	44.016,43
Obrigações com coligadas, controladas e sócios	14.141.620,22	12.364.422,69
Outras passivos não circulantes	29.300,00	29.300,00
Patrimônio Líquido	**4.361.895,19**	**5.695.864,24**
Capital Social	100,00	100,00
Reserva de lucros	4.361.795,19	5.695.764,24

As demonstrações financeiras completas, contendo Notas Explicativas encontram-se disponíveis na sede da Companhia.

A DIRETORIA

Leandro Vespasiano dos Santos - Contador - CRC PR065344/O-3

Genciana Participações S.A. - CNPJ nº 13.283.771/0001-65

Demonstrações Contábeis e Financeiras - Em reais

Balanço Patrimonial

	12/2018	12/2017
ATIVO	**9.514.785,20**	**10.235.930,86**
Ativo circulante	**7.434.738,85**	**8.159.401,87**
Caixa e equivalentes de caixa	1.133,58	30.035,43
Duplicatas a receber	1.743.700,22	2.047.316,50
Estoques	5.677.505,00	6.069.000,00
Outros ativos circulantes	–	12.500,00
Ativo não circulante	**2.080.046,35**	**2.076.528,99**
Realizável a longo prazo		
Direitos com coligadas, controladas e sócios	982.146,35	978.828,99
Outros realizáveis a longo prazo	1.097.000,00	1.097.000,00
Investimentos	700,00	700,00

Demonstração do Resultado

	12/2018	12/2017
PASSIVO	**9.514.785,20**	**10.235.930,86**
Passivo circulante	**3.473,89**	**32.007,49**
Empréstimos e financiamentos	–	30.035,43
Obrigações	3.473,89	–
Impostos	–	1.972,06
Passivo não circulante	**8.018.190,43**	**8.986.090,00**
Empréstimos e financiamentos	5.863.955,00	6.871.855,00
Outros passivos não circulantes	2.154.235,43	2.124.200,00
Patrimônio Líquido	**1.493.120,88**	**1.207.833,37**
Capital Social	100,00	100,00
Reserva de lucros	1.493.020,88	1.207.773,37

As demonstrações financeiras completas, contendo Notas Explicativas encontram-se disponíveis na sede da Companhia.

A DIRETORIA

Leandro Vespasiano dos Santos - Contador - CRC PR065344/O-3

Leferga Participações S/A - CNPJ/MF nº 09.235.127/0001-36

Demonstrações Contábeis e Financeiras - Em reais

Balanço Patrimonial

	12/2018	12/2017
ATIVO	**10.601.283,94**	**11.069.452,21**
Ativo circulante	**8.326.106,51**	**9.334.304

BRE Ponte V Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 05.449.534/0001-13

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Balanço Patrimonial

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Ativo/Circulante		14.130	13.965
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.036	7.066
Contas a receber	7	7.697	6.611
Adiantamento a fornecedores		–	2
Tributos a recperar		23	240
Despesas antecipadas		–	46
Não circulante		192.947	196.545
Propriedade para investimento	6	192.947	196.545
Total do ativo		206.077	210.510

Balanço Patrimonial

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Passivo/Circulante		5.859	6.355
Contas a pagar		–	1.892
Tributos a pagar	8	4.848	4.452
Dividendos a pagar		211	211
Não circulante		396	295
Tributos diferidos	8	396	295
Patrimônio líquido	10	200.176	202.455
Capital social		64.292	64.292
Reservas de lucros		138.884	138.114
Dividendos adicionais propostos		–	2.049
Total do passivo e patrimônio líquido		206.077	210.510

Demonstração do Resultado

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Receita líquida	11	33.223	30.365
Custo de receitas operacionais		–	–
Gerais e administrativas	12	(3.269)	(4.918)
Lucro antes do resultado financeiro		29.954	25.445
Despesas financeiras	13	(1)	(27)
Receitas financeiras	13	112	214
Lucro antes das provisões tributárias		30.065	25.631
Outras receitas e despesas		–	–
Outras receitas operacionais		–	12
IR e CS - correntes	9	(3.868)	(3.368)
IR e CS - diferidos	9	(107)	(118)
Lucro líquido do exercício		26.090	22.161
Lucro básico e diluído por ação em reais (R$)		0,4086	0,3445

Demonstração do Resultado Abrangente

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	26.090	22.161
Total de resultados abrangentes do período	26.090	22.161

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

	31/12/2018	31/12/2017
Fluxo de caixas das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	26.270	22.161
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação acumulada	2.623	2.576
Linearização da receita de aluguéis	(891)	(371)
Imposto de renda diferido	107	114
	28.109	24.480
Variações nos ativos e passivos:		
Aumento (redução) no ativo:		
Tributos a recuperar	217	(41)
Contas a receber	(195)	(691)
Despesas antecipadas	(525)	374
Aumento (redução) de passivo:		
Contas a pagar	(1.769)	1.067
Tributos a pagar	396	613
Caixa líquido gerado pelas atividades	26.267	25.801
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Benfeitorias em propriedade para investimento	(27)	(2.003)
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamento	(27)	(2.003)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos	(25.500)	(43.000)
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamento	(25.500)	(43.000)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes caixa	730	(19.202)
Saldo de caixa e equivalente de caixa:		
No início do exercício	7.066	26.268
No final do exercício	6.336	7.066
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes caixa	730	(19.202)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de lucros retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	64.292	5.743	118.400	18.422	19.856	–	226.713
Pagamento de dividendos adicionais propostos no ano anterior	–	–	–	–	(18.800)	–	(18.800)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	22.161	22.161
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 10.c)	–	–	–	–	–	(222)	(222)
Constituição de reserva legal no exercício	–	1.108	–	–	–	(1.108)	–
Constituição de reserva de retenção de lucros	–	–	–	20.831	–	(20.831)	–
Distribuição de dividendos	–	–	–	(20.000)	–	–	(23.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	64.292	6.851	118.400	19.253	–	–	206.452
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	26.270	26.270
Constituição de reserva legal no exercício (Nota 10.b)	–	1.313	–	–	–	(1.313)	–
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 10.c)	–	–	–	262	–	(262)	–
Constituição de reserva de retenção de lucros (Nota 10.c)	–	–	–	24.695	–	(24.695)	–
Distribuição de dividendos (Nota 10.c)	–	–	–	(25.500)	–	–	(25.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	64.292	8.164	118.400	18.710	–	–	209.176

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto: a) Objeto social: A BRE Ponte V Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia" ou "BRE Ponte V") é a uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em conformidade no Brasil, à Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.277, sala 1.201, Jardim Paulistano, CEP: 01452-000 - SP/SP. Seque abaixo o objeto social que a Companhia passou a ter: (a) Desenvolvimento e investimento em empreendimentos imobiliários de qualquer cão de imóveis; (b) Comercialização por venda, arrendamento de imóveis próprios, compra e venda de imóveis sejam eles terrenos, frações ideais de terrenos, escritórios, armazéns, lojas de varejo, edifícios construídos no regime de built-to-suit; (c) Participação em sociedades, associações, fundos de investimento imobiliário ou fundos de investimento em participações; (d) Locação ou subloração de bens próprios, desde que não seja mediante operação de leasing. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** **2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem os princípios previstos na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo (CPC) e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31/12/18. O controle interno da Companhia determina que o exercício social iniciará em 1º/01 e terminará em 31 de dezembro. **2.2. Estimativas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as estimativas para perda de crédito esperada, assim como da análise de risco para determinação de outras provisões. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 11/05/19, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data, que tiveram efeito sobre essas demonstrações financeiras. **2.2. Resultado:** Os resultados são registrados pelo regime de competência. A receita de arrendamento de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos contabilizamos ao longo do período do arrendamento, pelo período mais curto, pelo período do arrendamento. As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e sobre variações monetárias sobre os contratos de locação, os quais são reconhecidos integralmente no resultado, através do método dos juros efetivos. **2.3 Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos e passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial de acordo com o modelo de negócio no qual o ativo é gerenciado e suas respectivas características de fluxo de caixa contratuais, presentes no CPC 48. Os passivos financeiros são mensurados de acordo com sua natureza e finalidade. A Companhia adotou o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, em substituição ao CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, a partir de 1º/01/18. As alterações realizadas nas políticas contábeis da Companhia estão descritas abaixo, assim como seus impactos nas demonstrações financeiras. Classificação de ativos financeiros: O CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que contém três principais categorias de classificação: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA") e ao Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, mantidos para negociação, empréstimos e recebíveis, e disponível para venda. Esta alteração não gera quaisquer impactos retrospectivos na mensuração de ativos financeiros da Companhia, sendo que a Companhia não possui instrumentos financeiros classificados como VJORA. Contabilidade de hedge: Os requerimentos do CPC 48 endeçam que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco mais abrangentes, e que o critério de efetividade uma abordagem mais qualitativa e prospectiva e problema a descontinuação voluntária da contabilidade de hedge enteirarto, dada a política de não contratação de instrumentos de hedge pela Companhia, não houve impactos na adoção. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros: O CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas esperadas". Esse novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. Para as aplicações financeiras, a Companhia não obteve efeitos relevantes nas perdas de crédito, dados os ratings elevados de suas contrapartes. Transição: As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 foram aplicadas retrospectivamente, bem, em função de suas atuais operações, não houve necessidade de representar as informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancarios e investimentos. Para ser considerado como caixa e equivalente de caixa, de prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. Em sua maioria, são classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado". **2.5. Contas a receber:** As contas a receber são decorrentes das locações dos imóveis, os quais são registrados de acordo com o critério contábil apresentado na Nota Explicativa 5.2. Quando o valor recebível é maior que o valor recuperável, a Companhia reconhece uma linear, a diferença é registrada como um passivo, à rubrica "Adiantamento de clientes". A provisão para perda de crédito esperada é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando o seguinte critério: analise individual dos saldos, independentemente do período de vencimento, considerando o histórico de perdas e risco fiscal de crédito. As despesas com a constituição da provisão para perda de crédito esperada são registradas na rubrica "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado, quando aplicável. **2.6. Propriedade para investimento:** É a propriedade mantida para obter renda com aluguéis e mesmo para valor histórico, deduzida da depreciação calculada pelo método linear para alcançar seus custos aos seus valores residuais a vida útil estimada. O valor justo da propriedade para investimento é divulgado, conforme Nota Explicativa 6. Quando Anualmente, a Companhia revisa a vida útil e o valor residual das suas propriedades para investimento. **2.7. Tributos:** Imposto sobre receitas de aluguel e serviços prestados: As receitas de aluguel das propriedades para investimento e dos serviços prestados estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: PIS: 0,65%; COFINS: 3,00%. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de aluguel, conforme demonstrado na Nota Explicativa 11. Imposto de renda e contribuição social: A Companhia optou pelo regime de Tributação do lucro presumido (base caixa), o qual é aplicável às sociedades cujo faturamento anual do exercício imediatamente anterior tenha sido inferior a R$78.000. Nesse contexto, a base de cálculo do IR e da CS são calculadas à razão de 32% para receitas de aluguéis e 100% para receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares dos respectivos impostos e contribuição (15% para o IR, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240, e 9% sobre o lucro tributável para CS e sobre o lucro líquido). A despesa com IR e CS compreende os impostos de renda correntes, os quais são reconhecidos no resultado do período corrente e o valor a pagar especificado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos aplicáveis e quaisquer ajustes de impostos a pagar em relação a períodos anteriores. demonstrações financeiras. O IR e a CS diferidos passivos são oriundos de critérios contábeis diferentes entre a contabilidade fiscal e a societária. Esse saldo é calculado sobre as taxas que se espera ser aplicadas no período em que o ativo se realizar, ou o passivo se liquidar, com base nas leis e taxas de impostos em vigor na data do balanço. **2.8. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças circunstâncias econômicas ou operacionais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e caso o valor contábil líquido exceda o valor recuperável, a Companhia avalia provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado da capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas adicionais à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com outro semelhante. **2.9. Custo de captação:** Custo de captação de recursos de terceiros: Custos de empréstimos diretamente atribuíveis à captação de recursos por meio da contratação de empréstimos e financiamentos ou pela emissão de títulos de dívida relacionadas com a aquisição de uma propriedade para investimento são reconhecidos como custos da transação. Nesse caso, a taxa é diferida até que a transação financeira ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade da liquidação financeira de parte ou da totalidade do empréstimo e financiamento, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo e financiamento ao qual se refere. **2.10. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros vão ser gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constitutiva como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes ajustes a valor presente e das variações monetárias e cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **2.11. Resultado por ação:** O resultado por ação foi calculado de acordo com o artigo 187 - inciso VII da Lei 6.404/76, o qual exige que seja apresentado nas demonstrações de resultado (DRE), o lucro ou prejuízo líquido do exercício e seu montante por ação de capital social (resultado do exercício dividido pela quantidade de ações em circulação na data-base das demonstrações financeiras). **2.12. Demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados como ativos, passivos, receitas e despesas, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo no valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm o mais significativo efeito sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são descritas a seguir. Impostos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e os lucros e receitas de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo escopo e a complexidade dos instrumentos contábeis existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas razoáveis, quando provavelmente for necessário o pagamento de autoridades fiscais. Provisão para perda de crédito esperada: A Companhia adota a abordagem simplificada do CPC 48 para calcular das perdas de crédito esperadas para a vida inteira do ativo. A Administração estabeleceu uma matriz de provisão que se baseia na experiência histórica de perda de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. **Mensuração e divulgações do valor justo:** Classe dos: A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor. A natureza e a vigência de cada uma das novas normas e alterações são descritas a seguir: CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamento Mercantil: O IFRS 16 substitui o IAS 17 e interpretações relacionadas e foi emitido pelo IASB em 13/01/16. Essa norma é aplicada a partir de 1º/01/19. **5. Caixa e equivalentes de caixa:** Os saldos estão representados por:

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	6.336	7.066
Aplicações financeiras (a)	700	–
	7.036	7.066

(a) Representadas substancialmente por CDBs e operações compromissadas lastreadas em CDBs de emissão de instituições financeiras de primeira linha, sendo resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data-base das operações, com remuneração de aproximadamente 99% do CDI para os exercícios findos em 2018 e 2017.

6. Propriedade para investimento:

	Vida útil média remanescente em anos	31/12/18	31/12/17
Terrenos		82.780	82.780
Edifícios	44 (*)	117.842	120.437
Propriedade em andamento		–	2.003
Depreciação acumulada		(7.775)	(8.675)
		192.947	196.545

Demonstração do Resultado

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Receita líquida	11	33.223	30.365
Custo de receitas operacionais		–	–
Gerais e administrativas	12	(3.269)	(4.918)
Lucro antes do resultado financeiro		29.954	25.445
Despesas financeiras	13	(1)	(27)
Receitas financeiras	13	112	214
Lucro antes das provisões tributárias		30.065	25.631
Outras receitas e despesas		–	–
Outras receitas operacionais		–	12
IR e CS - correntes	9	(3.868)	(3.368)
IR e CS - diferidos	9	(107)	(118)
Lucro líquido do exercício		26.270	22.161
Lucro básico e diluído por ação em reais (R$)		0,4086	0,3445

Demonstração do Resultado Abrangente

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	26.270	22.161
Total de resultados abrangentes do período	26.270	22.161

(*) A vida útil de edificações contém base de avaliação fornecido por empresa especializada e independente para o exercício de 2015 e atualizada internamente pela Companhia para o exercício de 2018. Todavia, a Companhia anualmente estima o valor justo de propriedades para investimento. A Administração conclui que não há indicativo de mudança significativa no valor justo de imóveis em 31/12/17, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/18		31/12/17	
	Custo	Valor justo	Custo	Valor justo
Propriedade para investimento	192.947	302.480	196.545	297.480

O valor justo das propriedades para investimento foi estimado internamente utilizando o fluxo de caixa descontado. Todos os cálculos são baseados na análise das qualificações fiscais das propriedades em estudo e das informações diversas levantadas no mercado, que são utilizadas na determinação do valor justo das propriedades. Os principais fatores considerados para fluxo foi estimado com base no fluxo de caixa individual do imóvel, sendo considerado o valor de venda do imóvel no final do período, com base nas premissas: Cap Rate 10%, taxa de desconto de 8%.

Crescimento de longo prazo em taxas	31/12/18 De acordo com a condição específica do imóvel	31/12/17 De acordo com a condição específica do imóvel
Taxa de desconto	8,0% a.a.	8,0% a.a.
Cap Rate	10,0% a.a.	12,0% a.a.

Com base no valor justo da propriedade para investimento, a Administração conclui que não há indicativo de desvalorização do ativo que requer a redução ao valor recuperável. **7. Contas a receber:** Composição: Em 31/12/18 e 31/12/17 a BRE Ponte V Empreendimentos e Participações S.A. e a Volkswagen do Brasil, o mesmo foi firmado em 17/12/14, com duração inicial de 10 anos. Com base no contrato aditivo, o contrato foi prorrogado por mais 10 anos a partir de dois anos. Não houve renegociação no contrato de aluguel, sob a operação de venda. Em 31/12/18, a Companhia possuía 100% dos valores dos arrendamentos são acrescidos da variação acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (IGP-M/FGV) e possui a seguinte composição:

Período de Locação	Reajuste	Circulante
Início Término Vencimento	31/12/2018	31/12/2018
01/12/14 30/11/24 Mensal	7.697	6.611
Saldo a receber	7.697	6.611

Em 31/12/18 e 31/12/17 a Companhia avaliou o risco de crédito do cliente e as perspectivas de recebimento dos recebíveis e concluiu por não haver necessidade de reconhecer provisão para perda de crédito esperada. Em 31/12/18 e 31/12/17 a Companhia possuía recebíveis a vencer no montante de R$7.697. **7. Tributos a pagar:** Composição: Em 31/12/18 e 31/12/17 as obrigações tributárias correntes sobre as receitas de locação, conforme demonstramos a seguir:

Descrição	31/12/18	31/12/17
COFINS a recolher	1.061	972
PIS a recolher	217	158
IR a recolher	2.665	2.422
CS a recolher	955	860
IRRF retido na fonte a recolher	–	40
	4.898	4.452

8. Imposto de renda e contribuição social: a) Reconciliação da despesa de IR e CS: Para os exercícios de 2018 e 2017 a Companhia optou pelo regime de tributação de lucro presumido, com isso, segue o demonstrativo de cálculo da alíquota efetiva:

Descrição	31/12/18 IRPJ	CSLL	Total	31/12/17 IRPJ	CSLL	Total
Receita bruta	34.140	30.365		30.365	30.365	
(-) Provisão dos contas a receber do mês de dezembro	(194)	(194)		(690)	(690)	
(-) Devoluções	(891)	(891)		(371)	(371)	
Receita bruta - fiscal	33.055	33.055		29.302	29.302	
Alíquota de IR e CS	32%	32%		32%	32%	
(-) Provisão das receitas financeiras do mês de dezembro	(56)	(56)		(56)	(56)	
Receita financeira - fiscal	112	112		214	214	
Percentual de presunção	32%	32%		32%	32%	
Base de presunção	10.672	10.672		9.376	9.376	
Outras receitas	–	–		–	–	
Base cálculo (presunção)	10.830	10.830		9.732	9.732	
Alíquota de IR e CS	15%	9%		15%	9%	
(=) IR e CS	(2.260)	(975)	(3.868)	(2.418)	(876)	(3.294)
IR e CS sobre as receitas financeiras	(75)	(28)	(103)	(47)	(17)	(74)
Despesas com IR e CS - correntes	(2.777)	(1.004)	(3.778)	(2.475)	(893)	(3.368)
Alíquota efetiva	8,13%	3,30%		8,45%	2,94%	11,49%

b) Composição do IR e da CS sobre o lucro líquido do IR e da CS: Em 31/12/18 está assim demonstrado:

	31/12/18	31/12/17
Diferença temporária - regime caixa	842	722
IR diferido passivo	842	722
Alíquota de IR e CS	15%	15%
IR diferido passivo	126	108
CS diferido passivo	270	187
	396	295

Em 31/12/18 e 2017, o IR e a CS diferidos passivos são oriundos dos ajustes a valor de mercado das propriedades para investimento e a diferença temporária tributável fiscal e a societária. Esse saldo está representado pela diferença temporária tributável, e a obrigação de pagar o tributo incidente sobre o saldo, em um período futuro, quando o saldo contábil for realizado. A realização desse passivo decorrerá da linearização da receita. **10. Patrimônio líquido:** a) Capital social: Em 31/12/18 e 2017 o capital social da Companhia é de R$64.292 divididos em 64.292.126 ações ordinárias, com valor nominal de 1,00 real cada. b) Reservas de lucros: i) Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício social, até o montante de 20% do capital social, conforme prevê o artigo 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Após o limite, a Companhia deixa de destinar parcela da reserva legal. Em 31/12/18 e 2017 a Companhia possuía R$8.164 e R$6.851 de reserva legal, respectivamente. ii) Reserva de retenção de lucros: Nos exercícios sociais de 2018 e 2017 a Companhia destinou R$24.695 e R$20.831 para a reserva de lucros a realizar, baseando-se no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassou o saldo do capital social, a Companhia deverá constituir a reserva de lucros a realizar. iii) Reserva de retenção de lucros: Nos exercícios sociais de 2018 e 2017 a Companhia destinou R$18.710 e R$19.253 para a reserva de lucros, conforme prevê o artigo 196 da Lei 6.404/76, a Companhia deverá constituir a reserva de lucros a realizar. iv) Dividendos adicionais propostos: Em 31/12/18 e 2017 a Companhia não possui saldo de dividendos adicionais propostos. c) Dividendos: Os dados para essas métodos se baseiam em valores registrados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados a ofertas dos como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mercado ativo: Mercado ativo é aquele onde ativos financeiros são objeto de transações suficientes e de forma regular, de modo que o preço possa ser apresentado dos instrumentos financeiros. *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):* A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças circunstâncias econômicas ou operacionais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e caso o valor contábil líquido exceda o valor recuperável, a Companhia avalia provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado da capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas adicionais à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com outro semelhante. **12. Custos de captação:** Custo de captação de recursos de terceiros: Custos de empréstimos diretamente atribuíveis à captação de recursos por meio da contratação de empréstimos e financiamentos ou pela emissão de títulos de dívida relacionadas com a aquisição de uma propriedade para investimento são reconhecidos como custos da transação. Nesse caso, a taxa é diferida até que a transação financeira ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade da liquidação financeira de parte ou da totalidade do empréstimo e financiamento, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo e financiamento ao qual se refere. **2.10. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros vão ser gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constitutiva como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes ajustes a valor presente e das variações monetárias e cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **2.11. Resultado por ação:** O resultado por ação foi calculado de acordo com o artigo 187 - inciso VII da Lei 6.404/76, o qual exige que seja apresentado nas demonstrações de resultado (DRE), o lucro ou prejuízo líquido do exercício e seu montante por ação de capital social (resultado do exercício dividido pela quantidade de ações em circulação na data-base das demonstrações financeiras). **2.12. Demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados como ativos, passivos, receitas e despesas, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo no valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm o mais significativo efeito sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são descritas a seguir. Impostos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e os lucros e receitas de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo escopo e a complexidade dos instrumentos contábeis existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas razoáveis, quando provavelmente for necessário o pagamento de autoridades fiscais. Provisão para perda de crédito esperada: A Companhia adota a abordagem simplificada do CPC 48 para calcular das perdas de crédito esperadas para a vida inteira do ativo. A Administração estabeleceu uma matriz de provisão que se baseia na experiência histórica de perda de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. **Mensuração e divulgações do valor justo:** Classe dos: A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor. A natureza e a vigência de cada uma das novas normas e alterações são descritas a seguir: CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamento Mercantil: O IFRS 16 substitui o IAS 17 e interpretações relacionadas e foi emitido pelo IASB em 13/01/16. Essa norma é aplicada a partir de 1º/01/19.

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

	31/12/2018	31/12/2017
Fluxo de caixas das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	26.270	22.161
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação acumulada	2.623	2.576
Linearização da receita de aluguéis	(891)	(371)
Imposto de renda diferido	107	114
	28.109	24.480
Variações nos ativos e passivos:		
Aumento (redução) no ativo:		
Tributos a recuperar	217	(41)
Contas a receber	(195)	(691)
Despesas antecipadas	(525)	374
Aumento (redução) de passivo:		
Contas a pagar	(1.769)	1.067
Tributos a pagar	396	613
Caixa líquido gerado pelas atividades	26.267	25.801
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Benfeitorias em propriedade para investimento	(27)	(2.003)
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamento	(27)	(2.003)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos	(25.500)	(43.000)
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamento	(25.500)	(43.000)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes caixa	730	(19.202)
Saldo de caixa e equivalente de caixa:		
No início do exercício	7.066	26.268
No final do exercício	6.336	7.066
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes caixa	730	(19.202)

14. Instrumentos financeiros: a) Gerenciamento de riscos: A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados no balanço patrimonial, cujos riscos e benefícios são monitorados e controlados e a exposição a riscos de crédito, de taxa de juros e de mercado. A Administração desses riscos é efetuada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controles e acompanhamento de limites de posições. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros de natureza especulativa. b) Valorização dos instrumentos financeiros: Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como suas categorias de classificação:

	Hierarquia de Valor	Custo amortizado	Valor justo	Impacto no resultado
Equivalentes de caixa - Nota 5	Nível 2	7.036	7.036	(*)
Contas a receber - Nota 7	Nível

Balanço Patrimonial

	Nota	2018	2017
ATIVO / CIRCULANTE		95.375	192.308
Caixa e Equivalentes de Caixa	3 "a"	47.627	71.399
Valores a receber de clientes	3 "d"	1.468	117.508
Outros créditos		1.301	3.398
Despesas antecipadas		14.919	-
NÃO CIRCULANTE		**2.524.069**	**3.761.040**
Realizável a Longo Prazo		2.301.655	3.280.578
Imobilizado	3 "e"	226.414	480.462
TOTAL DO ATIVO		**2.583.384**	**3.953.347**
Balanço Patrimonial	**Nota**	**2018**	**2017**
PASSIVO / CIRCULANTE		**117.241**	**208.517**
Fornecedores		51.695	16.359
Obrigações trabalhistas e sociais		-	122.101
Obrigações fiscais		56.735	47.683
Outras obrigações		8.811	20.373
Parcelamentos Tributários		-	-
NÃO CIRCULANTE		**2.835.681**	**2.047.442**
Exigível a longo prazo		2.835.681	2.047.442
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**-369.539**	**1.699.387**
Patrimônio Líquido		80.000	80.000
Reservas		-	2.228.988
Lucro/ Prejuízos acumulados		-439.539	-609.600
TOTAL DO PASSIVO		**2.583.383**	**3.953.347**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Lucros acumulados	Reservas de lucros	Prejuízo acumulado exercício	Prejuízo do exercício	Total
Saldo em 31/12/2016	**80.000**	**7.313.588**	**177.494**	**-510.429**	**-3.017.346**	**-1.868.156**
Ajustes de exercícios anteriores	-	41.676	-	-	-	41.676
Transf. P/ lucros acumulados	-	-5.224.737	-171.194	510.429	3.017.346	1.868.156
Distribuição de lucros			-300			
Resultado do exercício			98.548	-	-609.600	
Saldo em 31/12/2017	**80.000**	**2.130.439**	**98.548**	-	**-609.600**	
Ajustes de exercícios anteriores	-	585	-	-	-	
Prejuízo do exercício					-1.055.899	
Transf. P/ lucros e prejuízos	-	-2.131.024	-98.548	-	609.600	
Distribuição de lucros		-	-	-600	-	
Transf. P/ lucros/prejuízos		-	-	600	-	
Saldo em 31/12/2018	**80.000**	-	-	**1.816.961**	**-2.055.899**	**-600** **-359.238**

Notas Explicativas: Nota 01. Contexto Operacional: Escola João XXIII S/S Ltda fundada em 18/04/1968, é uma Sociedade Empresária Limitada com personalidade jurídica de direito privado, com atividades lucrativas que tem por finalidade social: a) Educação superior graduação e pós-graduação. **Nota 02. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a micro e pequenas empresas e CPC PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. **Nota 03. Principais Práticas Contábeis** *a) Período e de apresentação:* As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. *b) Apuração das receitas e despesas de exercício:* As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos compromissos recebíveis, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da empresa são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fiscais legais. *c) Instrumentos financeiros:* Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações. *d) Ativos circulantes e ativo circulantes:* Caixa e equivalentes de caixa. Os valores registrados no ativo circulante são demonstrados com saldos líquidos de uma eventual provisão para ajuste a valor de mercado, e considerados como equivalentes de caixa. Aplicações financeiras. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data do balanço. Mensalidades a receber. As receitas das mensalidades, são registradas no momento da competência, quando da emissão da cobrança, desta forma o saldo em demonstrado das mensalidades vencidas a receber, bem como, cheques a receber e outras provisórias, são refinanceiro mento de débitos de alunos. Imobilizado. Demonstrado ao custo de aquisição, com as respectivas depreciações registradas pelo método linear, de acordo com as taxas mencionadas na nota explicativa. *e) Passivos circulantes e ativo circulante:* Fornecedores. Os saldos pelas valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros por obrigação e prazo, a moeda e o risco de cada transação. Provisões. As provisões são reconhecidas em uma combinação entre eventos passados e provavelmente ocorrerão uma sensibilidade de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja utilizado para liquidar a obrigação. As provisões são registradas líedo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

Osmar Basilio - Sócio-Administrador
Benjete Fernandes - Contador CRC 1SP202767/O-3

Escola João XXIII S/S Ltda I CNPJ/MF: 60.960.416/0001-83

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Em milhares de reais)

Demonstração do Resultado	**Nota**	**2018**	**2017**
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS			
Receita de Vendas	3"b"	259.004	3.233.193
TOTAL RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS		**259.004**	**3.233.193**
(-) Devoluções e Cancelamentos		-	-22.840
(-) Impostos Incidentes S/ Vendas		-4.487	-63.487
DEDUÇÕES		**-4.487**	**-86.327**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**254.517**	**3.146.866**
DESPESAS OPERACIONAIS	3"b"		
Mao de Obra Direta		-862.967	-1.734.723
Gastos Gerais		-227.329	-634.195
Despesas com Publicidade		-	-57.425
Despesas com Entregadores		-	-
Alugueis e Arrendamentos		-786.388	-307.261
Impostos, Taxas e Contribuições		-87.253	-133.814
Despesas Gerais		-378.740	-641.550
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS		**-2.358.102**	**-3.655.588**
RESULTADO FINANCEIRO		**-7.232**	**-2.349**
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		**18.410**	-
LUCRO/PREJUIZO DO EXERCÍCIO		**-2.053.899**	**-511.052**

Demonstração dos Fluxos de Caixa:

	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS	**-1.790.029**	**-353.904**
Lucro (Prejuízo) do período	-2.055.899	-511.052
Depreciação e amortização	254.049	256.137
Ajuste Períodos Anteriores	2.427	41.676
Lucro (Prejuízo) ajustado	**-1.800.424**	**-213.179**
Clientes	116.040	-46.107
Despesas Antecipadas	-14.919	-
Outros créditos a receber	1.834	1.050
Fornecedores	35.335	-126.002
Obrigações Tributarias	9.621	9.959
Obrigações Trabalhistas	-122.101	16.323
Contas a pagar	-11.563	-1.987
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		**-29.415**
Compra ativo imobilizado		-29.415
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**1.766.256**	**-55.889**
Empréstimos a receber	979.188	-155.483
Empréstimos a pagar	787.670	100.094
Distribuição de lucros	-	-300
Redução nas Disponibilidades	**-23.773**	**-439.047**
Disponibilidades - no início do período	71.399	510.447
Disponibilidades - no fim do período	47.627	71.399

Demonstração dos Lucros/ Prejuízos acumulados

Lucros/prejuízos acumulados	Lucros/prejuízos do exercício	Reservas de lucros	Total
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-

Jornal O DIA SP
São Paulo, quarta-feira, 26 de junho de 2019

Escola de Educação Superior São Jorge | CNPJ/MF: 67.973.677/0001-87

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Em milhares de reais)

Balanço Patrimonial	Nota	2018	2017
ATIVO / CIRCULANTE		**65.587.189**	**66.513.982**
Caixa e Equivalentes de Caixa	3 "a"	1.114.768	1.131.031
Valores a receber de clientes	3 "a"	64.146.253	65.039.638
Outros créditos		295.282	343.232
Despesas antecipadas		10.896	-
NÃO CIRCULANTE		**13.505.339**	**13.731.740**
Realizável a Longo Prazo		2.453.121	2.174.289
Investimentos		-	9.692.639
Imobilizado	3 "c"	11.052.218	1.860.720
Intangível	3 "e"	-	1.472.395
TOTAL DO ATIVO		**78.072.528**	**80.245.642**

Balanço Patrimonial	Nota	2018	2017
PASSIVO / CIRCULANTE		**6.388.535**	**4.174.122**
Fornecedores		2.541.414	2.031.321
Obrigações trabalhistas e sociais		3.233.263	1.681.257
Obrigações fiscais		409.139	481.338
Adiantamentos		202.739	-
NÃO CIRCULANTE		**14.756.820**	**14.807.222**
Exigível a longo prazo		14.756.820	14.807.222
PATRIMÔNIO SOCIAL		**57.929.163**	**61.264.298**
Patrimônio Social		61.426.165	-
Reservas		-	62.038.500
Superavit/deficit acumulado		3.496.942	775.203
TOTAL DO PASSIVO		**78.072.528**	**80.245.642**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Social	Patrimonio social	Superavit acumulado	Reservas do exercício	Deficit do exercício	Deficit acumulado	Total
Saldo em 31/12/2016	-	**41.081.266**	**9.849.636**	**-775.203**	-	-
Transferencia para superavit acumulado	-	9.848.636	-9.848.636	-	-	-
Transferencia para patrimonio social	-	-	-	-	-	-
Ajustes de exercicios anteriores	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	11.109.598	-	-	**11.109.598**
Saldo em 31/12/2017	-	**50.929.903**	**11.109.598**	**-775.203**	-	**61.264.298**
Transferencia para patrimonio social	61.264.298	-50.929.903	-11.109.598	775.203	-	-
Ajustes de exercicios anteriores	161.807	-	-	-	-	**161.807**
Resultado do exercício	-	-	-	-	-3.496.942	**-3.496.942**
Saldo em 31/12/2018	**61.426.105**	-	-	-	**-3.496.942**	**57.929.163**

Notas Explicativas: Nota 01. Contexto Operacional: A Escola de Educação Superior São Jorge (ESSJ) fundada em 13/07/1992, é uma associação sem fins lucrativos, pessoa jurídica de direito privado, que tem por finalidades sociais: I) atuar como agente residual de prestação de ensino em todos os níveis, executando suas atividades nos termos 209, incisos I e II da Constituição Federal. II) zeragem, na forma da lei, os objetivos da educação, estimulando a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; III) criar, instalar e manter estabelecimentos e instituições de ensino em todos os níveis e graus, para a oferta de ensino presencial e a distância, com o prevendendo educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), técnicos e de capacitação profissional, e ainda, educação superior, ofertando cursos de graduação, de pós-graduação lato e stricto, aperfeiçoamento, cursos, bolsas de extensão e sequenciais; IV) incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura; V) promover a divulgação de conhecimentos científicos e técnicos e outras formas de comunicação; VI) estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; VII) promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição; IX) organizar manter e desenvolver a educação e, nesta tarefa, incluindo cursos internos para preparação e qualificação de mão-de-obra profissional, e IX) contribuir para o desenvolvimento da solidariedade humana, por meio do aperfeiçoamento do homem e da preservação da cultura brasileira, inspirada nos princípios cristãos e democráticos. **Nota 02. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Entidade segue em fins lucrativos (ITG 2002). **Nota 03. Principais Práticas Contábeis: a) Moeda funcional e de apresentação:** As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. **b) Apuração das receitas e despesas do exercício:** As receitas e despesas são registradas conforme o regime de competência de exercício, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Notas Fiscais, Recibos e etc. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco legais. **c) Estoques:** Não possui estoques. **d) Ativos circulantes e não circulantes:** Caixa e equivalentes de caixa: Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata, sem risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa. Aplicações financeiras: As aplicações financeiras são registradas pelo custo acrescido das receitas auferidas até a data do balanço. Mensalidades a receber: As receitas das mensalidades, são reconhecidas em observância a competência, quando da emissão da cobrança, desta forma e saldo ora demonstrado são mensalidades vencidas a receber, bem como, cheques a depositar e sob promissórias, pelo refinanciamento de débitos de alunos. Imobilizado: Demonstrado ao custo de aquisição, com as respectivas depreciações registradas pelo método linear, de acordo com as taxas mencionadas na nota explicativa. **f) Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. Provisões: As provisões são reconhecidas, quando possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas no valor que representa a melhor estimativa do risco envolvido. **g) Contingências:** Demonstramos no quadro a seguir, pelos valores atuais, a natureza das contingências avaliadas como perdas prováveis assessorados jurídicos da Sociedade, portanto não reconhecidas na contabilidade.

Natureza	Passivos - Perdas possíveis 31/12/2018	31/12/2017
Tributária (ISS/e multas)	**1.359.151**	**1.359.151**

h) Aplicações de recursos: Os recursos da entidade foram aplicados em atividades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social.

Osmar Bustilo - Presidente
Donizete Fernandes - Contador CRC: 1SP092767/O-3

Escola de Educação Superior São José | CNPJ/MF: 67.973.602/0001-04

Balanço Patrimonial em Reais - 31/12/2017

Balanços Patrimoniais	Nota	2018	2017
ATIVO / CIRCULANTE		**1.181.882**	**969.025**
Caixa e Equivalentes de Caixa	3 "a"	268.357	136.363
Valores a receber de clientes	3 "a"	904.770	827.509
Outros créditos		8.025	4.499
NÃO CIRCULANTE		**4.170.560**	**3.178.027**
Mas de Obra Direta		3.954.483	2.918.562
Investimentos		-	-
Imobilizado	3 "e"	200.488	237.578
Intangível		15.589	19.487
TOTAL DO ATIVO		**5.331.844**	**4.145.485**
Balanços Patrimoniais	**Nota**	**2018**	**2017**
ESTOQUE PERMANENTE		**1.770.365**	**1.219.944**
Fornecedores		4.639	47.439
Obrigações trabalhistas e sociais		79.818	44.424
Obrigações fiscais		6.681	6.228
NÃO CIRCULANTE		**147.898**	**161.689**
Exigível a longo prazo		147.050	161.689
PATRIMÔNIO SOCIAL		**5.093.456**	**3.885.672**
Patrimônio Social		3.884.663	-
Reservas		-	3.885.672
Superavit/déficit acumulado		1.208.793	-
TOTAL DO PASSIVO		**5.331.844**	**4.145.485**

Demonstração do Resultado	Nota	2018	2017
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS	3 "b"	**2.214.786**	**2.080.561**
Serviços Prestados		2.214.786	2.080.561
TOTAL RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS		**2.214.786**	**2.080.561**
(-) Devoluções e Cancelamentos		-3.040	-4.927
(-) Impostos Incidentes S/ Vendas		-38	-
DEDUÇÕES		**-3.078**	**-4.927**
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA		**2.211.708**	**2.075.634**
DESPESAS OPERACIONAIS	3 "b"		
Salarios e Encargos Trabalhistas		-692.950	-660.947
Aluguéis		-	-178.040
Propaganda e Publicidade		-	-93.172
Despesas com Energia		-	-369
Despesas Gerais		-	-294.026
Despesas com Serviços Terceiros		-95.299	-
Despesas com alugueis e arrendamentos		-4.600	-140.592
Despesas com Tributos		-8.121	-1.320
Despesas Gerais		-198.679	-450.224
Despesas com Propaganda e Publicidade		-48.586	-
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS		**-1.048.234**	**-1.818.713**
RESULTADO FINANCEIRO		**16.856**	**19.440**
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		**29.264**	**8.781**
SUPERAVIT/DEFICIT DO EXERCICIO		**1.208.793**	**285.158**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Social	Patrimonio social	Superavit/Deficit	Superavit do exercício	Superavit do exercício	Total
Saldo em 31/12/2016	-	**2.600.779**	**1.192.735**	-	**3.600.514**
Transferencia para superavit acumulado	-	1.193.735	-1.193.735	-	-
Ajustes de exercicios anteriores	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	285.158	-	**285.158**
Saldo em 31/12/2017	**3.600.514**	-	**285.158**	-	**3.885.672**
Transferencia para patrimonio social	3.885.672	-3.600.514	-285.158	-	-
Ajustes de exercicios anteriores	-1.009	-	-	-	-1.009
Resultado do exercício	-	-	-	1.208.793	**1.208.793**
Saldo em 31/12/2018	**3.884.663**	-	-	**1.208.793**	**5.092.456**

NOTAS EXPLICATIVAS: Nota 01. Contexto Operacional: A Escola de Educação Superior São José (ESSJ) fundada em 13/07/1992, é uma associação civil, entidade de fins ideais, sem fins lucrativos, tendo com expressão fantasia "Faculdade Drummond" e "Colégio e Faculdade Drummond" que tem por finalidades sociais: I) organizar, manter e desenvolver a cultura, a educação e a instrução, em todos os níveis e graus, nos termos previstos consignados na legislação respectiva (educação infantil, ensino fundamental I e II, ensino médio, ensino técnico e profissional, cursos livres, ensino superior, ofertando cursos de graduação e pós-graduação lato e stricto sensu e extensões universitárias); b) contribuir para o desenvolvimento da cultura e do ensino no Brasil; c) contribuir para o desenvolvimento da solidariedade humana, por meio do aperfeiçoamento do homem e da preservação da cultura brasileira inspirada nos princípios, morais cristãos e democráticos, d) realização de palestras, congressos, conferências, seminários, encursilhos e reuniões com pessoas assessores jurídicos da Sociedade, portanto não reconhecidas na contabilidade.

Natureza	Passivos - Perdas possíveis 31/12/2018	31/12/2017
Tributária (ISS/e multas)	149.247,26	0,00

h) Aplicações de recursos: Os recursos da entidade foram aplicados em atividades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social.

Osmar Bustilo - Presidente
Donizete Fernandes - Contador - CRC - SP Nº. 1SP092767/O-3

Demonstração do Fluxos de Caixa	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS	**1.187.718**	**285.158**
Resultado do período	1.208.793	-285.158
Depreciação e amortização	46.543	28.126
Ajuste de períodos anteriores	-1.009	-
Lucro operacional bruto antes das mudanças no capital de giro	**1.254.327**	**313.284**
Contas a receber e outros	-59.630	-159.171
Fornecedores	-42.800	40.808
Obrigações Trabalhistas	452	2.470
Obrigações Trabalhistas	35.360	6.251
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-5.555**	**-236.975**
Compras de imobilizado	-5.555	-236.975
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**-1.050.160**	**-811.458**
Empréstimos a receber	-1.035.521	-960.146
Empréstimos a pagar	-14.639	148.689
Aumento nas Disponibilidades	**131.994**	**-844.791**
Disponibilidades - no início do período	136.363	981.153
Disponibilidades - no final do período	268.357	136.363

Em outras palavras dos estimados, devido a impossibilidade de mensurar de forma confiável, a Entidade não reconhece os efeitos financeiros, pelo menos, anualmente. **g) Instrumentos financeiros:** Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações. **h) Ativos circulantes e não circulantes:** Caixa e equivalentes de caixa: Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata, sem risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa. Aplicações financeiras: As aplicações financeiras são registradas pelo custo acrescido das receitas auferidas até a data do balanço. Mensalidades a receber: As receitas das mensalidades, são reconhecidas em observância a competência, quando da emissão da cobrança, desta forma e saldo ora demonstrado são mensalidades vencidas a receber, bem como, cheques a depositar e sob promissórias, pelo refinanciamento de débitos de alunos. Imobilizado: Demonstrado ao custo de aquisição, com as respectivas depreciações registradas pelo método linear, de acordo com as taxas mencionadas na nota explicativa. **i) Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. Provisões: As provisões são reconhecidas, quando possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas no valor que representa a melhor estimativa do risco envolvido. **g) Contingências:** Demonstramos no quadro a seguir, pelos valores atuais, a natureza das contingências avaliadas como perdas prováveis assessores jurídicos da Sociedade, portanto não reconhecidas na contabilidade.

Natureza	Passivos - Perdas possíveis 31/12/2018	31/12/2017
Tributária (ISS/e multas)	149.247,26	0,00

h) Aplicações de recursos: Os recursos da entidade foram aplicados em atividades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social.

Osmar Bustilo - Presidente
Donizete Fernandes - Contador - CRC - SP Nº. 1SP092767/O-3

N.I.B.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 31.232.215/0001-41 – NIRE 35.300.520.060

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

1. Realizada no dia 30/04/2019, 10h, na sede social da **N.I.B.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A.** ("Companhia"). **2.** Os acionistas foram convocados por aviso entregue no dia 16/04/2019, tendo sido dispensada a publicação do edital de convocação, de conformidade com o parágrafo 4º do artigo 133 da Lei das S.A. **3.** Presente a totalidade dos acionistas da Companhia. Presentes, ainda, Leonys Calderes Alves Junior, Paula Mattos Lucchetta, Eduardo Lopez Villegas Fedato e Guilherme Gastão Xavier, 4. Os trabalhos foram presididos pelo Senhor Felipe Teixeira de Amaral e secretariados pelo Senhor Francisco da Silveira Neto. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (I) as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; (II) a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (III) a eleição de administradores; (iv) a fixação da remuneração anual global dos administradores; (v) a alteração Estatuto Social da Companhia; (vi) a fixação do jornal para publicação dos atos societários da Companhia; (vii) a autorização da publicação da ata com omissão das assinaturas dos acionistas. **6.** Instalada a Assembleia e após o exame e a discussão das matérias da ordem do dia, os acionistas, por unanimidade de votos e sem qualquer restrições, deliberaram: 6.1. Aprovar o balanço patrimonial da Companhia e demais documentos referentes ao exercício social findo em 31/12/2018, sendo que em razão da ausência de atividade operacional, não operacional, patrimonial ou financeira, não há receita líquida e, portanto, dividendos a distribuir. 6.2. Aprovar a eleição dos seguintes diretores, sem qualquer remuneração, que exercerão os cargos, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas de exercício social findo em 31/12/2020: **(i) Leonys Calderes Alves Junior**, brasileiro, casado, engenheiro, RG nº 23.870.908-9 SSP/SP, CPF/MF nº 290.907.858-07, residente e domiciliado na cidade de Cotia/SP, Sítio, Sr. na Rua Fernão Dias Paes Leme nº 350, CEP 06351-020; **(ii) Paula Mattos Lucchetta**, brasileira, casada, advogada, RG nº 33.858.197-2 SSP/SP, CPF/MF nº 304.466.538-70, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, SP, na Rua dos Apores, nº 90 - casa 2, CEP 04832-060; **(iii) Eduardo Lutz Villegas Fedato**, brasileiro, casado, engenheiro, RG nº 18.120.162-0 SSP/SP, CPF/MF nº 278.644.918-98, residente e domiciliado na cidade de Santana de Parnaíba, SP, na Alameda Amarela, nº 101, CEP 06543-315; e **(iv) Guilherme Gastão Xavier**, brasileiro, casado, engenheiro, RG nº 680021 SSP/DF, CPF/MF nº 318.772.001-72, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, SP, na Rua Alabarda, nº 171, CEP 04043-040. Os acima nomeados declaram que não estão incursos em qualquer dos crimes previstos em lei que impeça a sua nomeação, declaração de desimpedimento, nos termos da legislação aplicável e, o assinatura do termo de posse, lavrado em livro próprio da Companhia. 6.3. Aprovar a fixação da remuneração global de até R$ 2.500.000,00 para os administradores da Companhia para o exercício social de 2019. 6.4. Em razão da eleição dos novos Diretores, aprovar a alteração dos artigos 9º e 10º do Estatuto Social da Companhia, os quais passam a vigorar com a seguinte nova redação: *Artigo 9º - A Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Companhia, observados as disposições deste Estatuto Social, quanto à forma de representação e alcance para o exercício de atos. Artigo 10º - A representação ativa e passiva da Companhia perante terceiros, em juízo ou fora deste, e perante quaisquer autoridades públicas e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais; bem como a outorga de poderes para terceiros, será feita por meio de procuradores, sendo que o instrumento de outorga de poderes deverá conter o endereço completo; abrir, operar e encerrar contas bancárias; contratar empréstimos, concedendo garantias, adquirir, vender, onerar ou caucionar, no todo ou em parte, bens móveis ou imóveis, somente quando em realização pelos diretores João Francisco da Silveira Neto ou Luiz Felipe Teixeira do Amaral, isoladamente, ou a um dos mesmos, conjuntamente com outro diretor. §2º - A outorga de poderes a terceiros, nos termos do caput do artigo 10º do caput, deverá ser feita por instrumento público, sob-se-á pela assinatura isolada dos diretores João Francisco da Silveira Neto ou Luiz Felipe Teixeira do Amaral, devendo os instrumentos de mandato especificarem os poderes conferidos aos mandatários e estem outorgados com prazo de validade não superior a um ano, exceto em relação à de procuração "ad judicia", as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. §3º - Dependendo da oportunidade do acionistas representando o totalidade do capital social e protocolo de ends, forrego e outros promtos em perante dos terceiros. 6.5. Aprovar o jornal O Dia para a realização de publicação dos atos societários da Companhia. 6.6. Autorizar a publicação da presente ata com omissão das assinaturas dos Acionistas. 7. Nada havendo a ser tratado e transcrito no quadruplo que outra manifestação, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Mesa e por todos os acionistas presentes. São Paulo, 30/04/2019. **Mesa: Luiz Felipe Teixeira do Amaral** - Presidente; **João Francisco da Silveira Neto** - Secretário. JUCESP - Certifico que foi registrado sob nº 297.579/19-8, em 04/06/2019. (a) Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0014110-37.2019.8.26.0002.

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, Foro Central, Estado de São Paulo, Dr(a). Marcelo Tadeu Cometti. Estado de São Paulo, Dr(a). Caio Moscariello Rodrigues, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **ELIANA CONESA**, CPF 153.478.638-46, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de Sentença, movida por Sistema Integrado de Educação e Cultura Ltda, CNPJ 58.180.414/0001-10 e, encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua **INTIMAÇÃO** por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de **R$ 58,104,14** (referente a multa do Art. 523 do CPC), acrescido de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado, sem o efetivo pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Antes de esgotado este último prazo, não será deferida a produção de atos de constrição. Decorrendo o prazo sem o efetivo pagamento, o débito será acrescido de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado, sem o efetivo pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Antes de esgotado este último prazo, não será deferida a produção de atos de constrição. Decorrendo o prazo sem o efetivo pagamento, o débito será acrescido de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua **INTIMAÇÃO** por EDITAL, da penhora realizada sobre o bloqueio parcial do valor do crédito em conta bancária no valor de R$ 3.568,92, nos termos da R. Decisão de fls. 113 dos autos em epígrafe. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 09 de maio de 2019.

25 e 26 / 06 / 2019.

EDITAL DE CITAÇÃO-PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1004197-48.2018.8.26.0002.

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, Foro Regional I - Vila Prudente, Estado de São Paulo, Dr(a). RODRIGO BOGUSKI DE GONÇALVES, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) TARRAFIL E NAKAGAWA MONTAGENS LTDA. ME, POR SEU SOCIO LUIZ EDUARDO TARRAFIL NAGAWA, CPF: 13.837.409/0001-40, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Banco Bradesco S/A, objetivando a quantia de R$ 183.018,52 (janeiro de 2018), decorrente do Instrumento Particular de Acordo Comercial para Desconto de Duplicatas. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinado a sua citação, por EDITAL, para que, no prazo de 15 dias, contados do fim do prazo de 20 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de junho de 2019.

25 e 26 / 06 / 2019.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1004314-91.2017.8.26.0001.

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 0ª Vara Cível, Foro Central - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). CLAUDIA FELICIA QUEIROZ CARNEIRO SANTANA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) **RAFAEL RODRIGUES DA SILVA**, pernambucano, RG 4352667004, CPF 642.530.738-08, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de **ARMANDO PROZ AUTOMÓVEIS LTDA.**, CNPJ 59.730.881/0001-78, objetivando rescisão do contrato firmado entre as partes, com a retomada do veículo VW/GOLF 21 ano 2012 Placa DEV-1227, renavam 459.242.227-7, Renavam 759.242.227-7, Chassi 9BWDB05U254019878, bem como a condenação ao pagamento das custas. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua citação, por EDITAL, para que, no prazo de 15 dias, contados do fim do prazo de 20 dias, que fluirá após os 20 dias supra, oferça resposta, sendo advertido dos artigos 344 e 355.II do NCPC, sob pena de revelia nos termos do artigo 257, IV. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 14 de junho de 2019.

(25 e 26/06/19).

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1009262-44.2018.8.26.0100.

O Doutor Carlos Eduardo Spires Fernandes, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Central da SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na fora da Lei, etc. Faz saber a **MARIA TERESA MUNIZ MALDONADO** (RNE nº V-2293.881-I-CGPI/DIREX/DPF, inscrita no CPF/MF sob o nº 224.487.658-63), que **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO SAINT PAUL CLUB RESIDENCE** lhe ajuizou uma **AÇÃO DE COBRANÇA DE DESPESAS CONDOMINIAIS**, objetivando a condenação dos réus ao pagamento da quantia de R$2.154,71 (Setembro/2018), referente os débitos condominiais do apartamento nº 92, Edifício Higienópolis - Bloco C, do condomínio, sito na Rua Maria Antônia nº 109.007 do 1º CRI/SP. Estando a ré em lugar ignorado, expede-se edital, para que, em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, apresente resposta. Na omissão da revelia, será nomeado curador especial (artigo 257, IV, CPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 04 de junho de 2019.

(25 e 26/06/19).

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1011231-18.2016.8.26.0011.

Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: Banco Bradesco S/A. Executado: José de Souza Pereira. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE DIAS. PROCESSO Nº 1011231-18.2016.8.26.0011. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Regional XI - Pinheiros, Estado de São Paulo, Dr(a). Francisco Carlos Inouye Shintate, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) JOSÉ DE SOUZA PEREIRA, Brasileiro, CPF 678.034.828-72, que por este Juízo, tramita de uma ação de Execução de Título Extrajudicial, movida por Bradesco S/A, CNPJ 60.746.948/0001-12. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, da penhora realizada sobre o bloqueio parcial do valor do crédito em conta bancária no valor de R$ 3.568,92, nos termos da R. Decisão de fls. 113 dos autos em epígrafe. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 09 de maio de 2019.

25 e 26 / 06 / 2019.

Edital de citação. Prazo 20 dias. Proc. 1002340-43.2016.8.26.0161.

A Dra. Marisa da Costa Alves Ferreira, Juíza de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Diadema/SP, na forma da lei, etc... Faz saber a(o) JOSÉ DAGOBERTO DE OLIVEIRA (RG/SSP-SP nº 9.849.449, e CPF/MF nº 008.736.498-00) que MAGDALENA ALVES RODRIGUES e WILMILHARA BENEVIDES DASILVA DOS SANTOS lhes ajuizaram uma AÇÃO DE DESPESAS e PUNIÇÃO CIVIL CUMULADA COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA e CUSTOS DE LIMINAR DE DESOCUPAÇÃO, referente aos débitos dos aluguéis e respectivos encargos locatícios do Avenida Torquato Joaquim Rodrigues, nº 141 – Bairro Centro — Diadema. Estando o réu em lugar ignorado, expede-se edital, para que, em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, apresente resposta. Na omissão da revelia, será nomeado curador especial (artigo 257, IV, CPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de junho de 2019.

25 e 26/06

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1076045-34.2014.8.26.0100.

A MM. Juiz(a) de Direito da 28ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Maria Luiza Xavier Goldman, na forma da Lei, etc. FAZ SABER ao Espólo de Vanderlei Alberto Basso, representado por sua inventariante Vania Genoveva Basso Hernandes, CPF 006.578.108-27, que Humberto Ferreira de Oliveira, CPF 071.396.208-90, ajuizou Ação Monitória objetivando o recebimento da R$ 27.000,00 (Agosto/2014), representados pelos cheques nº 850018 no valor de R$15.000,00 e nº 850019 no valor de R$12.000,00, emitidos pelo requerido em nome da empresa AZ Comércio Transporte e Logística Ltda. Estando a suprazitada em lugar ignorado, expede-se edital, para que, em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, pague o valor supra devidamente corrigido (licando isenta de custas processuais), acrescido de honorários advocatícios equivalentes a 5% do valor do débito (artigo 701 do NCPC), ou oferença embargos, sob pena de conversão do mandado de citação em mandado de execução. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de junho de 2019.

25 e 26/06

33ª Vara Cível do Foro Da Capital/SP.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1053342-41.2016.8.26.0100**. O Dr. Sergio Cavalieri Filho, MM. Juiz de Direito da 33ª Vara Cível da Capital/SP, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a **SOS MEDICINA E CIRURGIA DE URGÊNCIA LTDA**, CNPJ/MF n.º 17.198.094/0001-58, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial, por parte de **CCB BRASIL - CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) MULTIPLO S/A**, objetivando o cobrança do crédito no valor de R$ 2.229.048,29, atualizado em 16/ 05/2016, referente à Cédula de Crédito Bancário Modalidade Mutuo SUS nº 1060249 no valor de R$ 725.000,00, que deveria ser resgatado em 1905 dias, com vencimento final em 15.03.2012. Encontrando-se a executada em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que no prazo de 03 dias, a fluir após o prazo de 20 dias supra, a importância devida, acrescida de juros e correção monetária, bem como honorários advocatícios fixados em 10% sobre o total do débito atualizado, anotando-se que, efetuado o pagamento de 50% da quantia em 03 dias, a verba honorária fica reduzida pela metade, levando-se em conta que, no prazo de 15 dias, a fluir após o prazo supra, para oferecerem embargos, facultando à executada nesse prazo, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, mais custas e honorários, requererem o pagamento do saldo, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 24 de maio de 2019.

25 e 26/06

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1047779-06.2015.8.26.0002.

O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional II – Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr. CLAUDIO SALVETTI D'ANGELO, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Elizabete Cristina Reis Silva, RG 16.112.935-X, CPF 136.210.198-20, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Sistema Integrado de Educação e Cultura Ltda, objetivando a cobrança da quantia de R$ 8.551,12 (julho/2015), referente aos débitos de notas promissórias, vencidas, não pagas e protestadas, em anexo aos autos. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para em 03 dias efetuar o pagamento integral da dívida atualizada, sob pena de penhora de bens (suficientes) e avaliação, sob pena de penhora de bens e sua avaliação; podendo, no prazo de 15 dias, embargar, ambos a fluir após o prazo de 20 dias deste edital. No prazo para embargos, poderá a executada requerer seja admitido o pagamento do débito, nos termos do art. 745-A do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de abril de 2019.

25 e 26.06

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZ